

Evidentemente, um mero pedido de perdão, se não for acompanhado por uma atitude de conversão sincera, não significa nada. De todas as formas, a atitude penitencial dos bispos já constituiu um grande avanço, por parte da Igreja, no reconhecimento da sua cumplicidade com a exploração injusta dos povos indígena e negro.

### CONCLUSÃO GERAL

Nada no mundo é estático. Tudo muda; a história é dinâmica; nós também mudamos ou somos transformados pela conjuntura que nos cerca. De todas as formas, a história é ainda determinada por aqueles que controlam os meios de produção. Para esses, os pobres, os negros, não contam. Oponho-me a essa ideologia estigmatizante e excludente.

Historicamente, nos movemos ao longo de um triângulo vicioso entre o atrelamento ao sistema oficial (ao sistema colonial, ao neoliberalismo, ao socialismo real), a criação de um sistema próprio (cristandade, igreja, ordem religiosa, partido cristão, tribalismo) e a denúncia profética com baixo teor sistêmico, porém, com pouca visibilidade institucional e eficácia histórica. É como se estivéssemos num beco sem saída<sup>25</sup>. Na vida real, as três tendências se interagem.

Antônio Vieira, através de suas vitórias, derrotas e ambigüidades ajuda-nos a descobrir as nossas próprias contradições, que por sinal, não estão desligadas da própria conjuntura socio-estrutural. Mesmo sendo frutos do passado, podemos ultrapassar a história. Dizia Antônio Vieira, "Quem se faz escravo, permanece escravo para sempre porque, se é salvo por alguém, torna-se escravo de quem o salvou". Em outras palavras, não podemos permitir que sejamos escravos de ninguém para não permanecermos escravos. Deus nos criou para a liberdade.

O estudo da nossa história, além de proporcionar o conhecimento do passado, também nos ajuda a não repetir os erros do passado. Felizes todos aqueles que, apesar de suas limitações existenciais e culturais, são capazes de partilhar sua vida com outros povos, não para exportar seus sonhos mas, sim, para ajudar os povos à redescoberta de seu próprio sonho – o sonho da liberdade.

*Pedro Chingandu é Mestre em Teologia Dogmática com Concentração em Missiologia, pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, SP.*

<sup>25</sup>Palavras de Paulo Suess contidas no artigo intitulado: "Desafios da Vida Religiosa desde a perspectiva dos 500 anos de evangelização," publicado na revista "Convergência-500Conv99".

## OS MINISTÉRIOS NO NOVO TESTAMENTO

*Pe. Antonio Dalla Costa*

### 1. INTRODUÇÃO

Etimologicamente, a palavra ministério significa serviço. "Este conceito de ministério como serviço é visto nas palavras *diakonio* (servir) e *douleuo* (servir como escravo), com seus substantivos correspondentes. A palavra *hiperestes* indica alguém que presta serviço de bom grado". Em termos bíblicos, o conceito de ministério é o de serviço prestado a Deus ou às pessoas, e é empregado para designar as tarefas assumidas, em caráter permanente e oficial, com o objetivo de servir o Evangelho e a comunidade cristã.

Ao buscarmos a organização ministerial das primeiras comunidades, percebemos que sua imagem não é muito clara nos escritos do Novo Testamento. Porém, o que não se pode deixar de constatar é que todos os seus escritos atestam a existência de carismas ou de Ministérios no sentido mais amplo da palavra. Existem ações ou funções necessárias à vida das Igrejas que são conferidas a homens ou mulheres que passam a distingui-se, pelo exercício das mesmas, dos

demais membros da comunidade. A comunidade tem consciência de que pode conceder a si própria aquelas formas de serviço ou ministério de que precisa para ser fiel à sua vocação evangélica e à missão recebida (cf. At 6,1ss). Estes Ministérios, no entanto, têm sempre origem nos dons ou carismas que o Espírito suscita para o bem comum e para a edificação do Corpo de Cristo (cf. Hb 2,4; 1Cor 12,11). Estes Ministérios não representam poder ou dignidade, mas entrega, doação de vida pela causa de Jesus e pela causa dos excluídos.

Esta força de dispor de sua própria vida vinha do testemunho que Jesus de Nazaré dera, que "*Sendo rico, se fez pobre*" (2Cor 8,9), sendo Deus se fez o servidor de todos. Podemos concluir que é do Ministério de Jesus que brotam os Ministérios de todos os seus discípulos.

Vejamos, inicialmente, como Jesus desempenhou seu ministério. Em um segundo momento nos deteremos a analisar os ministérios que nascem entre os primeiros seguidores de Jesus.

<sup>1</sup> Walter A. ELWEL, *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*, Vol. II, p. 523.

## 2. O MINISTÉRIO DE JESUS

“Historicamente, o que é que podemos conhecer com precisão a respeito de Jesus?”<sup>2</sup> O fato de constarmos esta dificuldade não nos impede de levantar alguns dados a respeito de sua vida, dados portadores de luz para nossa vivência comunitária e, de forma específica, para nossa organização ministerial.

Os Evangelhos narram que Jesus, após ser batizado por João, inicia sua vida de pregador público (cf. Mc 1,9ss; Lc 3,21ss). É importante percebermos que em sua pregação, João anunciava Deus como juiz de um apocalipse iminente. Ao ser batizado, Jesus dá a impressão que aceita este anúncio, porém, logo após a morte de João, Ele – encontrando a sua própria voz – começa a falar de Deus, não como um apocalipse iminente, mas como Salvação no presente<sup>3</sup>. A partir deste posicionamento, Jesus passa a identificar-se com o povo maldito que não conhece a lei (cf. Jo 7,49), sobre quem os poderosos e bem situados, inclusive os “justos e piedosos”, impunham peso insuportáveis. Jesus se coloca fora do sistema, fora do esquema religioso de seu povo e, por isso mesmo, se põe ao lado das multidões que eram submetidas ao peso

de uma religião legalista e do poder opressor do Império. Ele próprio se apresenta como aquele que veio para servir e dar a sua própria vida, para que todos pudessem ter vida abundante (cf. Mt 20,28; Jo 10,10). Isto implicava em Jesus tomar, desde o começo, o partido de uma classe de pessoas e posicionar-se contra outra, como a única forma de se dirigir verdadeiramente a todos na perspectiva do Reino.

Jesus compreende seu ministério na perspectiva do profeta Isaías, quando apresenta a figura do servo. Ele não é o Messias “glorioso”, mas aquele que veio para servir. Após receber o batismo de João Batista, Ele assume este conceito e o manifesta através de sua forma de vida, isto é, tanto por seus atos, bem como por meio de suas palavras. Vejamos estes dois momentos na vida pública de Jesus.

### 2.1. Os atos de Jesus

O Novo Testamento afirma que Jesus era de condição divina (cf. Fl 2,6). E mais, Ele é o resplendor da glória e a expansão do ser do próprio Deus (cf. Hb 1,3). É ainda a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criatura (cf. Cl 1,15). É Ele quem sustenta o universo (cf. Hb 1,3).

“E ao entrar no mundo ele mesmo afirmou: eis-me aqui, eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade” (Hb 10,5-7). Paulo segue apresentando Jesus como o servidor, quando nos diz que “Ele não considerou o seu ser igual a Deus como algo a que deveria se apegar ciosamente, mas sim se esvaziou a si mesmo e assumiu a condição de servo” (Fl 2,6-7). Ele não quer usufruir de sua condição divina, nem se apresentar como o “Senhor”, aquele que tem “autoridade” para exigir e impor submissão, mas sim, se coloca como o servidor de todos. Seu poder e autoridade eram para servir.

Lucas, ao relatar a concepção de Jesus como sendo obra do Espírito Santo, e posteriormente seu nascimento, de forma simples, como um rejeitado (cf. Lc 2,7-8), nos faz perceber que este Deus se faz homem, e homem desprovido de “poder”, de privilégios. Ele é o Deus que assume solidariamente a vida daqueles que mais sofrem submetidos ao poder político e religioso da época, poder que haviam perdido a dimensão do serviço. Em Jesus, Deus combate esta forma de poder que escraviza. Ele nunca se compromete, ou se alia, nem mesmo fica calado diante do poder político, econômico ou mesmo religioso. Pelo contrário, denuncia seus desmandos, seus abusos, confrontando-se assim violentamente, tanto com o Sumo

Sacerdote, bem como com o governador, e a estes jamais deixa de dizer as verdades.

Por outro lado, Jesus está sempre rodeado de pessoas humildes, abandonadas pelo poder que não era serviço. A estes Jesus proclama de bem-aventurados, de serem eles os escolhidos do Pai, e a eles pertencer o Reino (cf. Mt 5,1-12). Destes é que Jesus se coloca a serviço: cura suas doenças, reintegra-os no convívio social (cf. Mt 8,1-4, 12,9-14; 15,29-31; Lc 4,38-39; 9,11), anuncia-lhes a presença do Reino como fonte de vida e liberdade (cf. Lc 4,18-19). Por seu serviço, Jesus não recebe pagamento; ele não maneja com dinheiro. Seu serviço é gratuito. O que pede é que os pequenos se afastem do pecado, que descubram também eles o caminho do serviço gratuito e não se deixem levar pela ambição desmedida do poder.

Este espírito de serviço de Jesus se manifesta de forma muito singular, quando Ele acolhe as crianças e as coloca como o modelo para aqueles que o querem seguir (cf. Mc 10,13-16; Mt 18,1-4) também na véspera de sua morte, quando estava com seus discípulos, em que se põe a lavar-lhes os pés, serviço este destinado aos escravos. Seu ato de servir, entretanto, não se restringe a igualar-se a um escravo, pois o faz como um gesto de amor e não apenas como simples

<sup>2</sup> Edward SCHILLEBEECKX, *Por uma Igreja mais Humana*, p. 29.

<sup>3</sup> Cf. John Dominic, CROSSAN, *O Jesus Histórico*, p. 12.

obrigação. E, nesta mesma ceia, ele quer presentear os seus seguidores com seu próprio corpo. No dia seguinte, sua disponibilidade e seu serviço ao povo e ao plano de Deus atingem o auge no momento em que entrega sua própria vida. Agora se cumpre, definitivamente, o que nos diz o Apóstolo Paulo: "humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de Cruz" (Fl 2,8)! Manifesta-se, assim, o amor supremo que conduz ao verdadeiro serviço, ao verdadeiro ministério.

Esta opção de ser o servidor da humanidade foi sendo construída por Jesus em seu dia-a-dia, pois muitas eram as propostas recebidas para tornar-se mais um que alimentaria o status quo. As tentações que sofreu no deserto (cf. Lc 4,1-13; Mt 4,1-11) exemplificam tal situação. A proposta que o demônio lhe faz é de deixar de servir para servir-se do povo, era continuar a prática de poder dos reis deste mundo.

Ao rejeitar esta proposta, Jesus reafirma que o poder de dominação não é obra de Deus, mas sim de Satanás, e quem fizer sua opção por Ele não pode pertencer ao Reino de Deus: "Ninguém pode servir a dois Senhores" (Mt 6,24). Para Jesus não há outro caminho que conduz ao Pai

se não o do serviço ao próximo, de forma especial aquele que mais necessita de nossa solidariedade (cf. Lc 10,30-37). Constatamos, assim, que Jesus tem destinatários concretos (cf. Mc 4,18-19). Esta concretude dos destinatários do movimento de Jesus é tão importante, tão determinante de sua trajetória e de seu futuro que, sem ela, Jesus se converteria em outro personagem, e o movimento perderia totalmente seu significado histórico. Colocando-se ao lado destes, "Jesus anuncia um Reino Divino, que não mostra nenhum respeito pelo protocolo, um reino que, segundo Ele, se destina não só aos pobres como ele, mas também aos miseráveis"<sup>4</sup>.

## 2.2. *As palavras de Jesus*

Segundo as próprias palavras de Jesus, ele é "mestre e Senhor" (cf. Jo 13,13), é "rei" (cf. Jo 18,37), é o "único guia" (cf. Mt 23,10) com todos os poderes (cf. Jo 10,17-18). Somente que este poder não é para mandar ou oprimir, mas sim para servir. O filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir (cf. Mt 20,28; Mc 10,45). Eu estou no meio de vós como aquele que serve (cf. Lc 22,27). Jesus veio ao mundo para fazer a vontade de seu Pai que está

nos céus (cf. Lc. 2,49). Esta vontade do Pai torna-se o alimento de sua vida e missão: "tudo ele coloca em suas mãos" (Lc 23,46). Jesus continua afirmando que "veio ao mundo para dar a vida pelos seus" (Jo 10,11), pois esta é a vontade do Pai. E para cumprir esta vontade do Pai afirma que "Ele é o Pão vivo descido do Céu" (Jo 6,38), "o pastor que cuida e dá a vida, não é mercenário que busca aproveitar-se do rebanho" (Jo 10,11-12). É a luz, e vem para que os que creem nele não vivam nas trevas (cf. Jo 12,46). Diz ainda que ele é o "caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6). Ele é a videira que sustenta os ramos para que produzam frutos (cf. Jo 15,5-6). Ele é a porta que conduz à Salvação (cf. Jo 10,9). Todas estas imagens, que Jesus utiliza para mostrar-se a seus seguidores, são sempre imagens que representam serviços ao outro. Ele é o servidor.

Ao mesmo tempo em que Jesus reafirma sua condição de servidor, ele reprova com veemência a atitude daqueles que usam de sua autoridade e poder para se projetar pessoalmente, ou para explorar e oprimir. Por isso, seus discípulos não podem ser como eles, pois "quem quer ser o maior deve ser aquele que serve" (Mt 23,1-12; Mc 12,38-39; Lc 20,46). E aquele que busca sua promoção pessoal lhe reserva um anátema, pois são eles que impedem que o Reino dos

Céus aconteça (cf. Mt 23,13). Por esta razão, Jesus reprova as atitudes que possam representar falta de disponibilidade para servir, como a que os discípulos tomaram diante das crianças (cf. Mc 10,13-16), ou quando Tiago e João querem posição de destaque (cf. Mc 10,37), e ainda quando os discípulos querem saber quem é o maior (cf. Lc 22,24). Diante desta realidade, Jesus fixa uma hierarquia de valores que eles devem observar (cf. Lc 22,25-26), e pede aos seus discípulos que olhem e sigam seu exemplo (cf. Jo 13,12-15).

Finalmente, toda a vida de Jesus é uma doação, um colocar-se a serviço de forma desinteressada e incondicional, até a sua entrega na Cruz. Quem quer ser seu seguidor, precisa trilhar seu caminho (cf. Lc 9,24; 17,33; Mt 10,39; Mc 8,35; Jo 12,25).

Por meio da prática e das palavras de Jesus, percebemos claramente que o serviço é a chave de toda a sua vida; é, também, condição indispensável para seus discípulos e para a salvação de todos. Porém, esta disposição para o serviço que Jesus vive e exige de seus discípulos, é ameaçada pela ambição, pela vontade de dominar por parte dos discípulos. Esta se manifesta de forma muito contundente em três momentos: a) Quando os discípulos querem saber quem é o maior no Reino dos Céus (cf. Mt 18,1-5; Mc 9,33-37; Lc 9,46-48); b) Pela

<sup>4</sup> Ibidem, p. 11.

iniciativa da parte da mãe de Tiago e João ao reivindicar lugar de destaque para seus filhos (cf. Mt 20,20-28; Mc 10,35-45); c) Por ocasião da disputa pelos primeiros lugares por parte dos discípulos, após a última ceia (cf. Lc 22,24-30).

É importante percebermos que estes três momentos se dão após o anúncio da paixão, nos momentos que antecedem o desaparecimento do líder do grupo. Diante desta realidade surge a questão: Quem será o novo líder? Quem ocupará o primeiro lugar no Reino novo que se instalará? Por isto, quem é o maior? Nos três momentos Jesus dá sua resposta, guiado pela mesma idéia: “o maior não será aquele que, com sua “autoridade de discípulo”, quiser se impor e dominar os demais, mas sim aquele que tiver maior disponibilidade de colocar-se a serviço” (cf. Lc 22,26). Desta forma, fica claro que o importante e decisivo é servir. A posição que cada um de nós ocupará no “Novo Reino” dependerá de nossa disponibilidade em colocar-nos a serviço.

### 2.3. O movimento de Jesus

Toda a proposta que Jesus apresenta está situada dentro de uma realidade. Desta forma, é importante localizarmos Jesus no contexto de seu

povo e de seu grupo de discípulos, de onde se desencadeia seu movimento que, posteriormente, se constituiria como fundamento da Igreja.

O movimento iniciado por Jesus era do tipo popular; “em seu tempo podemos distinguir dois tipos de movimentos populares bastante diferentes: Os movimentos populares messiânicos e os movimentos populares proféticos<sup>5</sup>. O movimento de Jesus tem notáveis semelhanças com os movimentos populares proféticos. Apresenta, porém, algumas novidades. Uma das mais importantes é o fato de chamar a Deus de Abba, Pai, isto quer dizer que a imagem que Jesus tem de Deus é do Deus presente, que está entre os pobres, por isso, “felizes sois vós os pobres” (Lc 6,20); O Deus de Jesus não é o Deus dos palácios, mas o das ruas. O Deus dos excluídos, das vítimas da situação. Jesus percebe, pela sua singular experiência de Deus, que Ele está em outro lugar bem diferente daquele em que nós os homens espontaneamente tendemos a colocá-lo; que Ele não é o juiz apocalíptico, mas sim aquele que quer estar com seu povo, acolhê-lo, libertá-lo e torná-lo participante de seu Reino.

A partir desta sua experiência de Deus, Jesus assume sua missão. Missão esta, que era anunciar a presença

deste Deus e de seu Reino entre os homens. Lucas manifesta, com muita propriedade, a consciência que Jesus possui a respeito de sua missão, quando coloca em sua boca a afirmativa que ele veio para Evangelizar os pobres, para devolver a liberdade e a vida para todos os que se sentem oprimidos; Ele veio anunciar o ano da Graça de Deus (cf. Lc 4,14-21). Jesus anuncia a presença do Reino, uma presença que era gratuita, pois os empobrecidos e miseráveis já não tinham condições para cumprir a lei judaica que supostamente os conduziria ao Reino. O grande serviço, a grande notícia que Jesus trouxe a seu povo e a toda humanidade é que Deus quer salvar porque ama, que por amor ele se faz um de nós e vive conosco. Por isso, onde Jesus aparece, os doentes são curados, aos loucos e endemoniados lhes é devolvido o equilíbrio e a serenidade, os pobres e as crianças são acolhidos, e aquele que explora e oprime é convidado a converter-se. “Este programa social de Jesus tinha o objetivo de reconstruir uma sociedade a partir de suas bases, através de princípios de igualitarismo religioso e econômico”<sup>6</sup>.

O que Jesus pretendia era de tal envergadura que sozinho não pôde realizar. E mais, Jesus tinha consciên-

cia de que o mundo do Reino dos Céus não se constrói de forma individual mas sim, coletiva. Por isso, esta é tarefa para um grupo que deverá ir crescendo e se expandindo até atingir todo o Israel. Por isso, pouco a pouco, Jesus foi constituindo um grupo mais restrito de discípulos, e a eles pede que deixem suas ocupações para segui-lo (cf. Mc 1,16-20), e para eles providencia um ensinamento mais sistemático. Este grupo histórico, como sujeito de determinadas experiências com relação a Jesus, de uma determinada forma de convivência com ele e de uma determinada missão para a qual é convocado, constitui o lugar teológico em que tem origem a Igreja. E é aqui que aparece mais uma novidade no movimento de Jesus: a palavra *discípulo*, nos movimentos populares, sugere espontaneamente a relação entre mestre e aluno; já no movimento de Jesus, o mestre é aquele que convida os discípulos para segui-lo. E seguir a Jesus implica de imediato duas coisas: Abandonar as formas de vida anterior, inclusive a própria família, e pôr-se no seu seguimento. Não se trata apenas de ouvir o mestre, mas de se pôr a caminho com ele (cf. Mt 17,24-25; Mc 10,17-31).

<sup>5</sup> Cf. Rufino VELASCO, *A Igreja de Jesus*, p. 24.

<sup>6</sup> Cf. John Dominic CROSSAN, *O Jesus Histórico*, p. 12.

Como já nos referimos acima, Jesus tinha uma preocupação especial para com estes seus discípulos, por isso lhes dá, como programa, as bem-aventuranças (cf. Mt 5,3-10), pois para entrar na dinâmica de seu movimento é necessário fazer uma opção: escolher ser pobre. Ainda mais, eles deveriam tomar atitudes que não os distanciasse da vida dos pobres. "Não vos deixeis chamar de mestre, porque um só é vosso mestre, e todos vós sois irmãos" (cf. Mt 23,8). Jesus se separa, assim claramente, da hierarquia de cargos e honras que existia na sinagoga, de modo que, em oposição ao rabinismo, Jesus tinha um enfoque totalmente anti-hierárquico, e queria que este enfoque fosse a lei fundamental de seu grupo<sup>7</sup>. Como podemos perceber, Jesus não dá uma estrutura sociológica à Igreja, mas apenas organiza um grupo que possa levar em frente sua proposta.

Esta proposta que Jesus assume diante de seu povo o leva à morte de cruz. Inicialmente, a sua morte parecia suficiente para desarticular este movimento libertário e herético para o mundo judaico. Tudo indicava havia chegado ao fim. "O que não se podia

prever nem era de se esperar que o fim não fosse o fim"<sup>8</sup>. A notícia da ressurreição que se espalhava reagrupa os discípulos que haviam se dispersado e lhes devolve a confiança da presença do Reino entre eles. A entrega total de Jesus começa a frutificar, tornando-se norma tanto para os Apóstolos e profetas quanto para a sucessiva Igreja. Pois nEle, e por meio dEle, é realizada toda a sua edificação (cf. Ef 2,21)<sup>9</sup>. Entramos em uma nova fase do movimento de Jesus, que passa a se expandir através de seus discípulos, provocando o surgimento de uma diversidade de comunidades e, conseqüentemente, de pessoas que se colocavam a seu serviço. A seguir, buscaremos acompanhar esta nova caminhada que surge ao menos em alguns de seus momentos, os quais nos parecem mais significativos.

### 3. A DIVERSIDADE DOS MINISTÉRIOS NO NOVO TESTAMENTO

Cristo cumpriu a missão que o Pai lhe havia confiado, culminando a sua obra com a própria morte e ressurreição. Esta obra de salvação deve che-

gar a todos os homens e mulheres de todos os recantos do mundo. Impõe-se, para isto, uma continuação que o próprio Cristo estabelece com o envio do Espírito Santo sobre a Igreja. Desta forma a Igreja, enriquecida com os dons de seu "fundador", tem a missão de dar continuidade à missão do próprio Cristo. Esta consiste, fundamentalmente, em anunciar e instaurar o Reino. Estando sua missão em continuidade à missão de seu "fundador", também em continuidade ao dEle deve ser o seu Ministério. E como o Novo Testamento atribui à pessoa de Cristo as três principais funções ministeriais do Antigo Testamento: a de Profeta, Sacerdote e Rei, os continuadores deste seu ministério necessariamente, também, participam desta triplice dimensão. E é isto que acontece na Igreja Primitiva, dando assim lugar à diversidade de Ministérios. Esta diversidade é fruto da presença do Espírito Santo, pois é Ele quem distribui os seus dons, para que cada um se coloque a serviço de todo o "Corpo de Cristo" que é a Igreja.

Esta pluralidade da concepção dos Ministérios da Igreja no Novo Testamento não constitui algo superficial e

acidental, e sim algo profundo, que atinge a própria essência da Igreja<sup>10</sup>. Nela encontramos funções e Ministérios como: Apóstolos, profetas, doutores, evangelistas, pastores, dirigentes, presbíteros, episcopos, diáconos. Em outros momentos também se enumeram carismas que nos dão a impressão de serem mais temporários (cf. 1 Cor 12,12ss).

É importante percebermos que, pelo fato de existir originariamente na Igreja tal pluralidade de funções, indica claramente que a esse respeito Cristo não legou nem impôs aos Apóstolos regra alguma<sup>11</sup>. Todavia, essa pluralidade não impediu que Ele tenha reunido em sua volta um grupo especial de discípulos e os enviasse como os primeiros responsáveis pela propagação do Reino. A concepção fundamental do Novo Testamento é que os Ministérios são funções decorrentes de um carisma doado por Deus; assim, numa comunidade aberta aos dons de Deus, com certeza florescerá uma multiplicidade muito grande de Ministérios. Era isto que se passava com as primeiras comunidades cristãs. Vejamos um pouco mais detalhada toda esta realidade.

<sup>7</sup> Cf. Rufino VELASCO, *A Igreja de Jesus*, p. 32.

<sup>8</sup> Cf. John Dominic CROSSAN, *O Jesus Histórico*, p. 13.

<sup>9</sup> Cf. Franz SCHNEIDER, *A Igreja Como Edifício e a Construção da Igreja*, in: *Concilium*, n. 80, p. 1262.

<sup>10</sup> Cf. Alberto ANTONIAZZI, *A Pluralidade dos Ministérios no Novo Testamento*, in: *REB*, n. 33, faz.129, p. 62.

<sup>11</sup> Cf. Bernard D. DUPUY, *Teologia dos Ministérios Eclesiais*, in: *Mysterium Salutis*, IV/6, p. 160.

### 3.1. Os ministérios dos discípulos

#### 3.1.1 O Grupo dos Doze

O grupo "Doze" constitui-se no primeiro serviço atestado na Comunidade Cristã nascente, e esta expressão: "os Doze", pertence ao mais antigo estrato dos Evangelhos; e, mais: a maneira tradicional dos relatos da Paixão de designar Judas como um dos Doze é, por si, uma prova de que a existência desse grupo particular remonta à época do ministério terreno de Jesus. Seu serviço consiste em testemunhar a ressurreição (cf. At 1,22) perante a casa de Israel (cf. At 2,36)<sup>12</sup>.

A escolha deste grupo deve ser entendida no contexto do movimento de Jesus. O que Ele pretendia com este movimento era de tal envergadura que sozinho não poderia realizar. Assim, ao tornar-se um pregador público e começar a reunir um grupo em torno de sua mensagem e pessoa, Jesus teve como seus primeiros seguidores "gente humilde das aldeias camponesas da baixa Galiléia"<sup>13</sup> e, a partir destes, é que ele vai escolhendo um pequeno grupo para serem

aqueles que o acompanhariam mais de perto, aqueles que deveriam estar mais próximos a Ele, por isso, pede que os componentes desse grupo abandonem suas ocupações para segui-lo (cf. Mc 1,16-20). Jesus forma, assim, sua comunidade de vida, de maior intimidade.

Poderíamos nos perguntar: qual é a razão de ter Jesus escolhido um Grupo de Doze? Por que este número? Como dissemos acima, este grupo era formado por judeus, e judeus que tinham sido educados dentro da tradição judaica, onde este número os recordava a experiência das doze tribos; os Doze representariam, assim, os chefes das doze novas tribos do povo de Deus. Jesus faz menção a esta função dos Doze: "também vós, que me seguistes, vos sentareis em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel" (Mt 19,28).

Estes homens, "tendo permanecido com Jesus durante sua provação e se tornado testemunhas do evento salvífico, serão após a ressurreição as primeiras testemunhas do Cristo ressuscitado"<sup>14</sup>. Embora não fossem os únicos que tivessem conhecido Jesus

pessoalmente, são eles os detentores de uma função intransferível: dar testemunho de todo o mistério pascal de Jesus. Como primícias de todo Israel, tornam-se os fundamentos da Igreja. São testemunhas de Israel e enviados ao mundo inteiro, com a missão de anunciar a Boa Nova, batizar, celebrar a Eucaristia, impor as mãos, pregar e conferir o Espírito Santo, missão esta que já está presente no momento em que o Grupo foi instituído (cf. Lc 9,1-6). Este é o grupo que começa a pôr em prática aquilo que significa o Reino de Deus, suas exigências concretas. Graças a este grupo, a pessoa e a mensagem de Jesus pôde chegar até nós.

Quanto ao exercício da autoridade por parte dos Doze, diante dos demais irmãos de fé, percebe-se que, para Marcos, Jesus não se referia aos Doze como chefes de Igrejas, mas sim os coloca em situação de igualdade aos demais membros da comunidade (cf. Mc 9,35; 10,43-44; Cf 9,37. 41.42) Diz mais: aquele que quiser ser o mais importante deveria se constituir no maior servidor dos demais (cf. Mc 10,43). Por isso, sua autoridade era de servir e não de mandar ou impor sua vontade.

Foi em torno deste Grupo dos Doze que se formaram novos grupos de pessoas que tinham conhecido Jesus e que agora passavam a se encontrar e recordar tudo o que o Mestre lhes

ensinara. Foram também os primeiros a encarregar outros a dar prosseguimento nesta tarefa por todos os recantos do mundo. Foi a partir deles que a "Igreja" passou a ter mais "corpo", deixou de ser um movimento e começou a ter formas estruturais. E são eles, os Doze, os responsáveis pela nova comunidade, em virtude de terem visto o Senhor (cf. 1Cor 9,1) e terem sido enviados por Ele (cf. 1Cor 1,17).

Este grupo, no entanto, acabou desaparecendo. E podemos considerar duas causas como determinantes deste desaparecimento: a primeira foi a dispersão que se deu entre os cristãos em decorrência da perseguição sofrida, em que o grupo foi forçado a se separar; a segunda teve origem na mesma dispersão, pois neste momento em que os cristãos penetram, definitivamente, em culturas não judaicas, o simbolismo do número doze é superado. Podemos constatar tal fato ao observarmos que a Igreja, quando ainda retida à cultura judaica, substituiu Judas — o traidor — por Matias (cf. At 1,23-26), para manter o simbolismo do número doze, ponto significativo para todos. Mas, a partir do momento em que os primeiros cristãos se inserem em outras culturas, nas quais o número doze nada representava de especial, não havia porque manter tal simbolismo.

<sup>12</sup> André LEMAIRE, Dos Serviços Eclesiásticos aos Ministérios. Os serviços eclesásticos nos dois primeiros séculos, in: *Concilium*, n. 80, p 1265- 1266.

<sup>13</sup> John Dominic CROSSAN, *O Jesus Histórico*, p. 12.

<sup>14</sup> Bernard D. DUPUY, Teologia dos Ministérios Eclesiais, in: *Mysterium Salutis*, IV/ 6, p. 161.

Nos Evangelhos e nos Atos sobrepõem-se com freqüência aos Doze os Apóstolos e os Discípulos. Isto não significa, necessariamente, que seja o mesmo grupo. Na verdade, os Apóstolos constituem um grupo bem mais amplo<sup>15</sup>, sobre os quais passaremos a refletir.

### 3.1.2 O Grupo dos Apóstolos

Ao lado do Grupo dos Doze é importante que sejam colocados também outros discípulos de Jesus, que também são testemunhos da sua ressurreição (cf. 1Cor 15,6; At 1,15): pregadores e fundadores de comunidades, que recebem igualmente o nome de Apóstolos (cf. 1Cor 4,9; 9,2-6). As funções a eles atribuídas são as de testemunhas da ressurreição de Jesus (cf. At 1,8; 2,32), desempenhando um papel diretivo na Igreja (cf. At 4,35-37; 5,2), garantindo a unidade nas comunidades (cf. At 8,14-17). Isto quer dizer que a missão e apostolicidade dos Doze se estende também a outros e é indício de que, embora admitindo uma originalidade intransmissível (experiência da ressurreição),

tal missão apostólica deve ser continuada e transmitida (o que vem a ser a sucessão apostólica).

Na verdade, os termos "Doze" e "Apóstolos" se confundem em muitos momentos do Novo Testamento (cf. Mc 6,1. 7. 30). Os Doze, chamados Apóstolos, são instituídos e enviados por Jesus (cf. Mc 3,14; 5,18) para proclamar a sua mensagem (cf. Mc 3,14-15; 6,7-13.30; 1,15-38); exercendo, ainda, o poder sobre os demônios (cf. Mc 1,39; 3,14-15; 6,12-13)<sup>16</sup>. Já como Apóstolos, os textos do "Novo Testamento nos permitem definir que são eles os que foram testemunhas da ressurreição de Jesus e receberam um mandato pessoal dEle para que proclamassem o Evangelho"<sup>17</sup>. Desta forma, os Apóstolos ficam restritos à primeira geração. Contudo, esta distinção nem sempre é muito clara; parece que o Novo Testamento não dá muita importância para isto. O mais importante era a missão, e não podemos deixar de considerar que quem mais nos traz informações a respeito da função do apostolado são os escritos paulinos, e Paulo não pertencia ao Grupo dos Doze. Paulo se

diz Apóstolo por ter recebido um mandato pessoal de Jesus ressuscitado (cf. At 9,1-19).

Para ele, o termo Apóstolo significa um missionário itinerante, enviado a fundar comunidades<sup>18</sup>. Tal como Paulo o vê, a missão do Apóstolo pode ser resumida em termos modernos como pregação e organização; é preparar o povo de Deus para o serviço e para a edificação do Corpo de Cristo (cf. Ef 4,12-13). Ele vê a missão do Apóstolo e as diferentes funções da comunidade como "Carisma". Carisma que precisa ser fortalecido, por isso ele se preocupa com a qualificação dos discípulos (cf. Fl 2,25-30; At 15, 36-40; Rm 16,1-2). Sendo que os Ministérios são fruto dos carismas, eles não se restringiam apenas ao Grupo dos Doze e dos Apóstolos, mas a outros grupos que aparecem no Novo Testamento, como o dos Setenta.

### 3.2.3 O Grupo dos Setenta

O Grupo dos Setenta (ou setenta e dois segundo Lc 10,1ss) é um grupo de discípulos enviado por Jesus. Embora não se tenha muitas informações a respeito do mesmo, a não ser os relatos de sua missão, este é um grupo que, juntamente com os Doze,

constitui-se dos primeiros discípulos anunciadores, que pregam de forma mais articulada pois, segundo a orientação de Jesus, eles saíam de dois em dois para anunciar a presença do Reino entre os homens.

Como o Grupo dos Doze, o dos Setenta também representa um número simbólico. Enquanto os Doze representam os fundadores das tribos de Israel, os Setenta representam os anciãos, encarregados por Moisés de cuidar do povo e de profetizar (cf. Ex 18,25-26). A missão que os dois grupos, os Doze e os Setenta recebem, é praticamente a mesma; isto pode ser constatado ao compararmos os elementos dos dois envios (cf. Lc 9,1-6; 10,1-16). Ambos recebem o encargo de colocar os sinais do reino futuro: curar, prenunciar um tempo de graça, sacudir o pó de seus pés como sinal do juízo que virá contra aqueles que não os recebem.

Este grupo é muito significativo, pois demonstra que o próprio Jesus expandia o número e, conseqüentemente, a forma de anunciar a presença do Reino. Parece-nos aqui um momento de grande abertura ministerial do Novo Testamento, momento que os Apóstolos sentiram necessidade de continuar, quando instituíram o Grupo dos Sete.

<sup>15</sup> Cf. Casiano FLORISTAN, *Teologia Practica*, pp. 283-284.

<sup>16</sup> Cf. E. SAMAIN, Os Ministérios e os Ministérios Segundo o N. T., in: *REB*, Vol. 37, p. 358.

<sup>17</sup> K.H Rengstorf, in: Kittel THWBNT I, 423., Citado, por J. MCKENZIE, Estruturas Ministeriais do N.T., in: *Concilium* n. 74, p. 434.

<sup>18</sup> Cf. Alberto PARRA, *Os Ministérios na Igreja dos Pobres*, p. 118.

### 3.2.4 O Grupo dos Sete

Este Grupo dos Sete era constituído por judeus helenistas convertidos ao Cristianismo e designados pelos Apóstolos para cuidar da partilha dos bens, da comunidade e do anúncio da Palavra de Deus (cf. At 6,1-6).

Ele nunca aparece fora do livro dos Atos, e Lucas não deixa muito claro que eles fossem diáconos. Eles poderiam ser, originalmente, os dirigentes das comunidades helenistas e os iniciadores da missão no meio da diáspora (cf. At 6,8-10; 8,26-40): “segundo o costume judaico, uma comunidade de 120 homens tinha o direito de eleger um conselho local de sete membros; provavelmente os sete anciãos representavam a sinagoga grega existente ao lado da comunidade judaica”<sup>19</sup>. É bem possível que Lucas se utilize desta antiga tradição e submeta este Grupo aos Doze e os apresenta como os responsáveis pela assistência às mesas (cf. At 6,2-4). É importante notar que Lucas apresenta a criação deste grupo em um clima de diálogo, de escuta dos Doze diante das necessidades apresentadas pela comunidade (cf. At 6,1 ss). E este é o primeiro ato apostólico, no sentido de estabelecer um ministério eclesial.

### 3.2.5 O Grupo dos Profetas

O Novo Testamento fala de pessoas a quem foi concedido o dom da profecia, e também de outros que tinham o ministério de profetas. Atos 13,1 indica que havia profetas e doutores na comunidade de Antioquia e, embora cite seus nomes, a tradução para o português não nos dá muitas condições para efetuar tal distinção. Autores como Bittlinger afirmam que o original grego parece indicar que Lucas faz essa distinção onde Barnabé, Simeão e Lúcio seriam profetas, enquanto Manaém e Paulo seriam doutores<sup>20</sup>. Esta não é a única indicação da presença de profetas no Novo Testamento. O próprio livro dos Atos nos apresenta em dois momentos um certo Ágabo como um profeta (cf. At 11,28; 21,10), e também Judas e Silas (cf. At 15,32). A Primeira Carta aos Coríntios nos apresenta a função que os profetas exerciam nas comunidades (1Cor 14,29). Mas qual é a missão específica destes profetas? Sabemos que Judas e Silas confortavam e fortaleciam a comunidade, mas quem são estas pessoas?

Os profetas são homens ou mulheres, que falam aos outros em nome de Deus (cf. Dt 18,18). É um porta-

voz escolhido, enviado e inspirado por Deus para fazer em seu nome pronunciamentos (Jr 7,25; 25,4; 2Rs 17,13). São eles, juntamente com os Apóstolos e doutores, ou outras vezes os evangelistas, que formam uma primeira tríade ministerial no Novo Testamento. Eles se distinguem por seu falar “em Espírito” (cf. Cor 14,29-32). A exemplo dos profetas do Antigo Testamento, sua pregação pode tomar formas de oráculos. Eles desempenham um papel de primeiro plano nas Assembléias Cristãs. Como líderes de importantes comunidades locais (cf. At 4,36; 13,1; 15,32) são eles que asseguram a pregação do Evangelho durante as assembléias litúrgicas (cf. 1Cor 14,4. 22: 1Cor 14,3) e proclamam também Orações de Bênção ou Oração Eucarística (cf. 1Cor 14,15-17).

Um aspecto importante a ser observado é que os Profetas da comunidade de Jerusalém agem sempre fora da cidade (cf. At 11,27-28; 15,22. 27-32; 21,10-11), e que eram “homens” carismáticos por excelência; seu ministério não era instituído por autoridade humana, mas era o próprio Espírito Santo que os suscitava. Isto lhes dava muita liberdade de ação. Tal afirmativa pode ser percebida no livro dos Atos, onde nos é fornecida

uma idéia da atividade própria dos profetas (cf. At 15,32). Esta conduta prolonga a atividade dos Apóstolos no dia de Pentecostes (cf. At 2,16ss), a qual, na verdade, está em continuidade com a profecia do Antigo Testamento (cf. Jl 3,4).

### 3.2.6 Os Doutores

Segundo o que vimos anteriormente, na comunidade de Antioquia, além do Ministério dos Profetas, existia também o ministério dos Doutores (At 13,1). Ao carisma do conhecimento juntavam o do magistério. Pois para a função de mestre não basta o carisma do conhecimento; é preciso saber transmitir aos outros este carisma, pois é de fundamental importância para a transmissão da doutrina. Pois enquanto o profeta realiza seus pronunciamentos como que inspirado pelo Espírito, o doutor ensina baseado a partir de sua reflexão e compreensão pessoal, sem excluir logicamente a inspiração do Espírito. “São eles que garantem um ensinamento mais sistemático, baseado sobre as Escrituras”<sup>21</sup>. Seu ministério é prolongamento de uma função dos Apóstolos, que está testemunhada nos At 12,1; 1Tm 2,7; 2Tm 1,11. Porém, esta é uma função amplamente partilhada, já que Paulo e

<sup>19</sup> Bernard D. DUPUY, Teologia dos Ministérios Eclesiais, in: *Mysterium Salutis*, IV/6, p. 162.

<sup>20</sup> Cf. W.M. St. Paul the Traveller and Roman Citezem, 1895, p.65, citado por, Arnold BITTLINGER, *Dons e Ministérios*, p. 68.

<sup>21</sup> André LEMAIRE, *Os Ministérios na Igreja*, p. 21.



Barnabé a exercem em Antioquia (cf. At 13,1), Também 1Tm 5, 17 nos apresenta a presença de presbíteros que assumem o ministério de ensinar, que era típico dos doutores.

### 3.2. Novos ministros e ministérios na Igreja do Novo Testamento

O Novo Testamento nos apresenta, junto dos Apóstolos, dos Profetas e Doutores, outras pessoas que exercem Ministérios diversos. Alguns destes Ministérios são relativos ao governo pastoral das comunidades, outros à vida material da comunidade (serviço aos pobres); outros ainda, relativos à Palavra<sup>22</sup> (evangelistas). Para Paulo, todos aqueles que receberam dele próprio suas responsabilidades eclesiais e o ajudam em sua missão, são chamados por ele de servidores de Cristo ou ministros de Cristo (como Tíquico: Cl 4,7 Ef 21; Timóteo: Fl 1, 1; Epafra: Cl 4,12; Timóteo: 1Ts 3,2; 1Tm 4,6; Arquipo: Cl 4,17). Constata-se assim, que aparece no Novo Testamento uma pluralidade de Ministérios principalmente relativos à Palavra de Deus. "Trata-se de tarefas permanentes ou mesmo ocasionais que eram levadas

em frente por aqueles que se sentiam portadores dos dons de Deus que os capacitavam para o seu desempenho"<sup>23</sup>.

Destaquemos algum destes grupos de colaboradores que o Novo Testamento nos apresenta:

#### 3.2.1 O Ministério de Governo

A história do Ministério de governo na Igreja primitiva não é muito clara. Percebe-se que a instituição de presbíteros (anciãos) à frente de comunidades (Igrejas) locais consta desde a época apostólica (cf. At 11,30; 15,2. 22; 16,4; 21,18). Após a perseguição dos helenistas, em Jerusalém (cf. At 6-7), a comunidade cristã é essencialmente formada por *hebreus* que se organizavam segundo o modelo tradicional das comunidades judaicas e instituíam como chefe um grupo de presbíteros, como que um colégio de presbíteros, que era presidido por Tiago, o irmão do Senhor<sup>24</sup>.

Este colégio de presbíteros é encontrado também na Igreja da Cilícia e do sul da Ásia Menor, que foram fundadas por Paulo e Barnabé (cf. At 14,23; 15,22), e na Igreja de Éfeso (At 20,17). Os presbíteros também

estão presentes na carta de Tiago (Tg 5,14), o mesmo, e até com maior ênfase ocorre nas cartas Pastorais (cf. 1Tm 5,1-5; Tt 1,5 e na Primeira de Pedro (5,1-5). Contudo este termo não deixa claro os limites e funções do presbítero, a ponto de o próprio Pedro denominar-se presbítero (cf. 1Pd 5,1). Mesmo João, o presbítero, parece ser o mesmo discípulo amado (cf. 1Jo; 2 Jo).

É inegável que Paulo era uma autoridade para a comunidade de Corinto (cf. At 18,11); ele mesmo se chamava Pai espiritual da comunidade (cf. 1Cor 4, 15, 1Cor 3,6; 3,10). No entanto, isso não nos autoriza que entendamos as cartas de Paulo como documentos de administração. Paulo julgava ter coisas mais importantes a fazer. Nem batizar ele queria. A missão primeira do Apóstolo era de Evangelizar. A administração da comunidade era de responsabilidade de seus próprios membros. Uma coisa é certa: os Apóstolos no Novo Testamento não fazem e não têm mandato para governar a Igreja<sup>25</sup>.

Se observarmos, as decisões de maior importância na comunidade eram tomadas sempre em conjunto; isto pode ser constatado por ocasião

da circuncisão (cf. At 15,1-29), onde a decisão foi tomada por uma assembleia; ou ainda na decisão de escolher os Sete, que é feita pelos Doze e todos os discípulos, mas em diálogo com a comunidade que reivindicava seus direitos (cf At 6,2-6). Os Apóstolos não exercem sua autoridade na solidão de um poder isolado, mas sim com a comunidade. Eles estão abertos para a crítica; exemplo disso é o que acontece com Pedro, que "depois do batismo da família de Cornélio, ele aceita o parecer da comunidade, diante da qual ele se justifica (cf. At 11,1-18)"<sup>26</sup>, demonstrando que a autoridade maior é o Espírito que continua agindo na história, ao qual todos devem estar submissos. Outra decisão importante se dava quando os cristãos não agiam adequadamente e precisavam ser excluídos da comunidade; neste momento, Paulo também nos mostra que é a comunidade que deve agir (cf. 1Cor 5,4-5), pois é nela que se encontra o Espírito, e é Ele que deve orientar todas as decisões da Igreja (cf. At 15,28-29). Os líderes, na verdade, têm o papel de auxiliar a comunidade a discernir estas orientações do Espírito. Não existe no Novo Testamento um mandato explícito, cla-

<sup>22</sup> Cf. Ênio José da Costa BRITO, *O Leigo no Mundo e na Igreja*, p. 68.

<sup>23</sup> Cf. Pierre GRELOT, *El Ministerio de la Nova Alianza*, p. 88.

<sup>24</sup> Cf. André LEMAIRE, *Os Ministérios na Igreja*, p. 21.

<sup>25</sup> Cf. J. MCKENZIE, Estruturas Ministeriais no Novo Testamento, in: *Concilium*, n. 74, 1972/4, p. 435.

<sup>26</sup> Henri HOLSTEIN, *A Experiência do Evangelho*, p. 108.

ro, para que alguém "governe" a Igreja. É certo que a metáfora do Pastor era, de fato, uma antiga metáfora oriental do poder régio. Porém, no Evangelho de João, esta figura está dominada pela imagem de Jesus, o bom pastor, que dá a vida por suas ovelhas (cf. Jo 10,1-18). Na verdade, os que têm o primeiro lugar na Igreja são instituídos para que sejam os diakonai dos demais (cf. Mc 10,42-45; Mt 20, 25-28; Lc 22,24-27), e estes diáconos não se constituíam em aquele que mandava; ninguém é "Senhor" na comunidade, mas sim todos são servidores.

Este é um período em que a Igreja está se estruturando, e nesta estruturação uma coisa era certa para os primeiros seguidores de Jesus: aquele que quer ser o mais importante (ter autoridade) deve ser aquele que mais deve servir (cf. Mc 9,35). Com isso, "o ministério primitivo não é potestade, poder ou dignidade, nem constituem um estado ao modo dos senhores romanos, mas sim uma função de serviço aos demais; assim, seu caráter diaconal significa que a Igreja inteira e cada comunidade em concreto é servidora"<sup>27</sup>. E no interior de uma comunidade convicta de que sua missão é servir, não há distinção entre homem ou mulher, sábio ou igno-

rante, rico ou pobre (cf. Gl 3,28); o importante é sua disponibilidade de colocar-se a serviço.

### 3.2.2 Os Ministérios Exercidos pelas Mulheres

Como tivemos oportunidade de perceber no decorrer de nossa reflexão, a Igreja primitiva foi desde seu início toda ministerial, a serva do Senhor. O Espírito sempre suscitou em seu interior uma multiplicidade de Ministérios e, entre os que exerciam estes Ministérios, muitas eram mulheres. Esta questão, no entanto ainda não é bem resolvida, e já na comunidade primitiva causava certos conflitos.

Nos documentos mais antigos do Judaísmo percebe-se, claramente, como a família israelita era patriarcal e com um forte acento à fecundidade e à procriação (cf. Gn 16,1-3; 1Sm 1,5-8). Nesta cultura, a mulher não deve ter identidade pública: o véu constitui-se no grande símbolo desta realidade. Ela deve ser dependente do homem e apenas cuidar de sua casa e gerar seus filhos. Do ponto de vista religioso, a mulher está numa condição não só de inferioridade em relação ao homem, mas em muitos casos é equiparada aos menores e escra-

vos. Na cultura judaica deste tempo, a mulher não tem valor para o mundo religioso e nem social.

Embora toda esta carga cultural esteja muito presente nas primeiras comunidades cristãs, as mulheres marcam presença significativa no livro dos Atos dos Apóstolos, onde algumas delas desempenham funções importantes, especialmente nas comunidades cristãs helenistas e naquelas nascidas do paganismo. Certamente, estes eram ambientes onde a cultura judaizante ainda não havia penetrado com maior intensidade. Nelas, encontramos as quatro filhas do evangelista Filipe que profetizam em Cesaréia (cf. At 21,9), enquanto que em Filipos, Lídia revela-se muito ativa; em Efeso, antes da chegada de Paulo, Priscila e Áquila parecem assumir juntas a direção da comunidade (cf. At 18,26-27). Por sua vez, Cl 4,15 nos traz a presença de Ninfas, mulher que reunia em sua casa a Igreja. Ápia é outra mulher que desempenha relevantes serviços à comunidade; a ponto de ser ela co-destinatária do bilhete dirigido por Paulo a Filêmon (cf. Fm 1,2). Mesmo tendo presente os textos em que Paulo é extremamente duro com a participação das mulheres na vida da comunidade (cf. 1Cor 11,2-16 e 14,34-35; Tm 2,11-14), é necessário notar que, na mesma carta aos

Coríntios (1Cor 11,5), ele supõe claramente que as mulheres possam desempenhar, legitimamente, o papel de profetas. Também Rm 16,1; 1Tm 3,12 nos afirmam que as mulheres assumiam, inclusive, o diaconato. Assim, as mulheres vão tomando importância no Novo Testamento (cf. 1Cor 7,3-5; 11,11s; Jo 20,1-7; Rm 16,1s.6.12; At 5,14; 16,13-15; Fl 4,2s), a ponto de Paulo proclamar a igualdade radical entre homem e mulher (cf. Gl 3,28); contudo, mesmo no Novo Testamento, em alguns aspectos, a mulher é ainda vista à luz da sociologia judaica (cf. 1Cor 11,2-12; 14,34s; 1Tm 2,11s).

Podemos concluir que, mesmo diante de uma sociedade que não valoriza as mulheres, foi nas comunidades cristãs primitivas que elas encontraram espaço e valorização; assim, elas se sentiam muito atraídas por estas novas comunidades; isto explicaria o grande número de mulheres mencionadas no Novo Testamento. Por outro lado, percebe-se que estas mesmas comunidades não estavam libertas de uma forte tendência machista típica da cultura do Antigo Testamento. Foi este apego a estas estruturas culturais que fizeram Paulo proferir as suas infelizes orientações a respeito da conduta das mulheres, das quais nos referimos anteriormente.

<sup>27</sup> Cf. Casiano FLORISTAN, *Teologia Practica*, p. 285.

### 3.2.3 O Ministério do Culto

Outro ministério que nos traz certa dificuldade de entendimento é o que se refere ao culto. O Novo Testamento não nos apresenta grupos de pessoas ou mesmo pessoas individuais a quem seja confiado, oficial e exclusivamente, o Ministério do Culto. É tranqüilo que estas celebrações existiam, inclusive constituíam o ponto central da comunidade primitiva e incluíam “o Batismo, a Eucaristia e a oração comunitária pública. Sabemos que os Doze, os Apóstolos e os Sete batizavam; não sabemos quem não batizava”<sup>28</sup>. Seria exagero afirmar que, neste tempo, a Igreja já tivesse estabelecido a prática de que todos pudessem batizar. Por outro lado, não podemos tampouco estabelecer mais claramente as restrições que eram feitas. Paulo insiste no fato de pouco importar quem confere o Batismo (cf. 1Cor 1,11-16). Assim podemos falar do ministério do batismo, mas fica mais difícil falarmos de uma classe empossada com a autorização de batizar.

Quanto ao Ministério da Eucaristia, as dificuldades para determinar seus ministros não é menor. Nas quatro narrativas da instituição, os Doze

são instituídos para que repitam a consumação do pão e do vinho, declarando-os corpo e sangue de Jesus. Todavia, no Novo Testamento, não se entendia o preceito de repetir este gesto de Jesus como sendo um preceito de consagrar nos mesmos termos que nós entendemos hoje. Por outro lado, a figura da ceia sugerida em 1Cor 11,17-22 nos faz supor grupos formados segundo o critério de família ou outro vínculo mais em nível social. E nestas celebrações quem pronuncia as palavras de consagração? De fato não podemos esquecer que os grupos de culto possuíam pessoas que exerciam o ofício de presbíteros, e embora não saibamos quais os títulos ou funções que lhes eram atribuídos eles se faziam presentes na vida das primeiras comunidades. “Somente que estas pessoas não eram colocadas à parte por um poder de ordem que os capacitava a consagrar a Eucaristia”<sup>29</sup>, mas eram pessoas que permaneciam no convívio normal de seu grupo e que, no momento da celebração, assumiam o serviço da presidência.

Quanto à função de liderar a comunidade na oração, parece que é indiscutível. O que se questiona é se

esta função era instituída ou se os grupos agiam, mais naturalmente, como o pai que anima o encontro de oração de sua casa.

Não podemos esquecer que, neste tempo, as comunidades tinham um protagonismo muito especial; isto não deixa que as mesmas se tornem demasiadamente dependentes de certos líderes. Por isso é provável que havia uma certa variedade de pessoas que assumiam os serviços no culto, mas sempre em conformidade com a própria comunidade.

### 3.2.4 Os Evangelizadores

Como vimos anteriormente, a comunidade primitiva – de certo modo – tinha como um de seus eixos fundamentais a vida litúrgica, especialmente na celebração da Eucaristia e do Batismo, mandatos que os Apóstolos receberam do próprio Cristo. Mas também não deixavam relegado a segundo plano o mandato de anunciar o Reino a todos os povos, pois esta missão, ou este ministério, também fora deixado por Jesus, constituindo-se como um prolongamento de uma função apostólica essencial (cf. 1Cor 1,17). Ele é atribuído pelos Atos a

Felipe (At 21,8); também é assumido por Timóteo (2 Tm 4,5): “Estes colaboradores, evangelistas, constituem uma espécie de equipe volante que intervém onde há necessidade, com a própria autoridade do Apóstolo”<sup>30</sup>.

O ministério destes colaboradores incluía primeiramente o ensino (cf. 1Tm 4,16; Tt 2,1), a pregação (cf. 1Tm 4,13 2 Tm 3,16), a organização da oração litúrgica (cf. 1Tm 5,3-16), colaboração para com os presbíteros à frente de comunidades (cf. 1Tm 5,22; Tt.1,5), promoção da justiça (cf. 1Tm 5,19ss); excomunhão (cf. Ti. 3,10). Enfim, Timóteo e Tito como evangelizadores, têm a responsabilidade de cuidar do futuro das comunidades, sobretudo em relação às pessoas encarregadas da continuação da transmissão fiel do Evangelho (1Tm 5,22; Ti. 1,5; 2Tm 2,2)<sup>31</sup>.

Estes colaboradores, com o passar do tempo, tornam-se os que devem assumir as comunidades. A partir deles é que surge uma nova trilogia ministerial (episcopos, presbíteros e diáconos) que permanece até nossos dias. Vejamos rapidamente cada um deles.

<sup>28</sup> J. MCKENZIE, Estruturas Ministeriais no Novo Testamento, in: *Concilium*, n. 74, 1972/4, p. 437.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 438.

<sup>30</sup> E. SAMAIN, Os Ministérios e os Ministérios Segundo o N. T., in: *REB*, Vol. 37, p. 352.

<sup>31</sup> Cf. E. SAMAIN, Os Ministérios e os Ministérios Segundo o N. T., in: *REB*, Vol. 37, p. 353.

## 1) Os Episcopos

Na antiguidade usou-se a palavra episcopo com o significado geral de supervisor, de superintendente ou guarda. Algumas vezes utilizou-se este mesmo termo para referir-se a divindades protetoras das cidades, ou ainda aquele que cuidava das crianças. Em todas estas circunstâncias, manifesta-se um significado original relacionado com o "olhar sobre" alguma coisa, que pouco a pouco vai se inserindo na linguagem cúltica pagã, no sentido de significar aquele que cuida do dinheiro.

No Novo Testamento, a palavra episcopo traz uma certa dificuldade, porque deixa o leitor entender que representa o exercício de uma determinada função na comunidade, que tanto pode ser relacionada com o ministério dos presbíteros, como com a supervisão. O livro dos Atos nos diz que Paulo mandou chamar os anciãos da Igreja (cf. At 20,17), que pouco mais tarde serão tratados pelo mesmo Paulo como episcopos (cf. At 20,28). O que se pode perceber no Novo Testamento é que ao cargo de episcopo corresponde a ação de vigilância e chefia, de cuidado na Igreja, mas ainda não há no texto uma referência a um cargo fixo dentro da

comunidade, uma vez que reina certa equivalência entre episcopos e presbíteros<sup>32</sup>.

O que tudo indica é que esta é uma função de supervisão, desempenhada por um dos membros do colégio de presbíteros, e nada indica que ela fosse permanente. Voltaremos a tratar este tema no momento em que abordarmos os ministérios nos escritos paulinos.

## 2) Os Presbíteros

Por sua vez, Presbítero é o comparativo de *presbys* e tem originariamente o significado de idade avançada de uma pessoa em relação à juventude de outra. Eles já estavam presentes na sociedade grega, mas é na tradição judaica que se manifestam de forma mais expressiva e organizada.

No Novo Testamento há uma constante referência a Presbíteros da comunidade de Jerusalém. A eles Barnabé e Paulo levam a coleta que tinham organizado na Igreja de Antioquia (cf. At 11,20-30). Os Presbíteros constituem em cada cidade (cf. Tt 1,5) um conselho da comunidade local à maneira dos conselhos de anciãos das comunidades judaicas, e tinham uma autoridade moral; por

isto se explicam as fortes exigências que lhes são feitas nas cartas de Timóteo e Tito. Enquanto representantes da comunidade, eles têm o encargo de organizá-la para que funcione adequadamente, assim como um pai organiza sua própria família. Além desta função de presidir a comunidade, a eles cabe a função de ensinar (cf. 1Tm 3,2; Tt 1,9; 1Tm 5,17). E é esta missão de ensinar que lhes dá o caráter religioso de suas responsabilidades.

## 3) Os Diáconos

"No Novo Testamento, o Verbo *diakonein* refere-se ao serviço à mesa ou à refeição como, por exemplo, os anjos que servem a Jesus depois da tentação (cf. Mc 1, 12), a sogra de Pedro que serve a Jesus (cf. Mc 1,31), ou o senhor que, na parábola de Lc 12, 37, assume o serviço à mesa, quando de volta encontra seu servo vigilante"<sup>33</sup>. Embora permaneçam algumas dúvidas, foram chamados "diáconos" os cristãos escolhidos pelos Apóstolos para servirem aos pobres da Igreja de Jerusalém (cf. At 6,1-7). Mas estes diáconos logo começaram a dedicar-se também à pregação do Evangelho (cf. At 6,8-7,53; 8,5-13). Eles são os auxiliares dos

"episcopos" (cf. At 20,28) na direção das jovens comunidades cristãs (cf. Fl 1,1; 1Tm 3,8-13).

O termo diácono, nesse tempo, ainda não tinha o sentido que tem hoje, mesmo suas funções não eram claras. O que se percebe são as exigências, como: que sejam pessoas respeitadas, não dados ao vinho; que não cobicem lucros vergonhosos e conservem sempre o mistério da fé. Tais exigências se assemelham às exigidas aos presbíteros e episcopos (cf. 1Tm 3,8. 9.12). Um aspecto significativo era que este ministério estava aberto também para as mulheres (cf. 1Tm 3,11).

## 4. OS MINISTÉRIOS SEGUNDO OS EVANGELISTAS

### 4.1. Os ministérios em Marcos

Marcos, ao falar de Jesus e de seus discípulos, aponta funções de Igreja certamente conhecidas de seus leitores, das quais temos poucas informações para afirmar que elas correspondiam a Ministérios. O que Marcos nos informa é como estas funções devem ser exercidas, e o faz quando apresenta as relações de Jesus e seus discípulos, principalmente os Doze. Para ele, o maior serviço

<sup>32</sup> Cf. Jordino MARQUES, *Ministério e Teologia*, p. 13.

<sup>33</sup> Ibidem

prestado por Jesus é a sua prontidão em dar a vida, assim que os homens a querem tomar. Para o discípulo o serviço maior é o de dar testemunho disto em palavras e ações. Parece que "Marcos não está interessado nas formas estruturais nem na teologia do Ministério, mas, sim, na ética e na espiritualidade dos ministros"<sup>34</sup>.

Por isso, ser discípulo para ele é "pertencer à comunidade de fé, é se colocar no seguimento do mestre. Seguir Jesus significa, sobretudo, associar-se a Ele no seu caminho de sofrimento e sofrer por amor ao Evangelho, para o bem da humanidade"<sup>35</sup>. O Evangelho de Marcos nos apresenta algumas funções de Igreja que nos ajudam a perceber a existência de certos Ministérios decorrentes das mesmas:

a) A exigência missionária da proclamação do Evangelho (cf. Mc 13,10; 14,9). Esta é uma exigência que atinge a todos os que querem dedicar-se à causa do Reino. Ela implica em uma renúncia (cf. Mc 8,35; 10,29).

b) O anúncio público do Evangelho deveria ser complementado com uma catequese mais particular, dirigida principalmente aos novos seguidores

de Jesus (Mc 4) (é o que Jesus fazia com o Grupo dos Doze quando estavam a sós).

c) A Celebração da Eucaristia tem como fundamento principal a última Ceia (Mc 14,22-24) e os relatos da multiplicação dos Pães (Mc 6,41; 8,6), que querem mostrar que a nossa Eucaristia, a partir de agora, está aberta para todos, judeus e pagãos<sup>36</sup>.

O que poderíamos nos perguntar é se realmente estas funções de Igreja são funções ministeriais. Se assim os entendemos, poderíamos concluir que nas comunidades que deram origem ao Evangelho de Marcos existiam, no mínimo, três grupos de ministros: Os evangelistas (ou apóstolos), os Doutores e os responsáveis pela celebração, que poderiam ser os profetas já que eles, em todo o Novo Testamento, aparecem de forma expressiva nas celebrações das comunidades (cf. At 4,36; 13,1; 15,32).

Como grupo mais específico, Marcos apresenta o dos discípulos e dos Doze. E ao destacar a liderança dos Doze, coloca-os como aqueles que deveriam estar a serviço dos demais (cf. Mc 9,35; 10,32-41), não se refere a eles como chefes de Igrejas, mas

sim os coloca em situação de igualdade aos demais membros da comunidade (cf. Mc 9,35; 10,43-44; cf. 9,37. 41,42). Ainda mais, aquele que quiser ser o mais importante deveria se constituir no maior servidor (cf. Mc 10,43): "Se alguém quer ser o primeiro, seja o último e o servo de todos" (Mc 19,35).

#### 4.2. Os ministérios em Mateus

Ao lado das comunidades de Corinto, encontramos as comunidades chamadas mateanas, que também não conhecem a estrutura presbiteral. Estas comunidades se autocompreendem como uma fraternidade, onde desaparecem todas as diferenças de classe ou estado; ninguém pode fazer-se chamar de "rabi, mestre ou pai" (cf. Mt 23,8-10); somente Jesus é o mestre das comunidades (cf. Mt 23,8). Mesmo o apostolado de Pedro era *diakonia* ou serviço, não dominação sobre os outros (2 Cor 1,24; 1 Cor 3,5; Rm 11,3; 2 Cor 3,3-9; 4,1; 5,18; 6,3s)<sup>37</sup>.

Outra convicção importante e que perpassa toda a Obra de Mateus é de que o fundador da Igreja não é somente o Cristo (cf. Mt 16,18), mas as suas palavras (cf. Mt 7,24-26). E nesta

obra os Doze (que muitas vezes se confundem com o grupo dos discípulos: Mt 10,1; 11; 1; 26,20; 28,16; 13,10) constituem um grupo típico, no qual os cristãos reconhecem a imagem de Jesus e aqueles que garantem a autenticidade da caminhada de fé. Dentre eles se destaca Pedro, que entre atividades positivas (cf. Mt 4,20; 16,16) e outras negativas (cf. Mt 14,30-31; 16,22-23; 17,5; 26,33-35; 26,40; 26,69-75), é colocado como o fundamento sobre o qual Cristo construirá sua Igreja (Mt 16,16-19): aquele que deverá constituir-se no primeiro servidor e animador de todos os demais irmãos.

A comunidade de Mateus, como todas as comunidades primitivas, conhece "profetas" ou "sábios" (cf. Mt 5,12; 7,22; 10,41; 11,25, 13,52; 23,8-10,34); estes se constituem em críticos ferrenhos aos falsos profetas (cf. Mt 7,15) e falsos doutores (cf. Mt 5,18). Encontramos também nesta comunidade a presença de doutores (verdadeiros) que têm um destaque especial, não somente por causa de seus antecedentes judaicos, mas, sobretudo, por causa da centralidade que a Palavra de Jesus exerce na mesma, sendo eles os principais propagadores do ensino sistemático do Evangelho. O texto, no entanto, não deixa de

<sup>34</sup> Edward SCHILLEBEECKX, *Por uma Igreja mais humana*, p. 119.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>36</sup> Cf. E. SAMAIN, Os Ministérios e os Ministérios Segundo o N. T., in: *REB*, Vol. 37, p. 358.

<sup>37</sup> Cf. Edward SCHILLEBEECKX, *Por uma Igreja mais humana*, p. 120.

alertar estes mestres e doutores do caráter de serviço com que devem desenvolver suas funções (Mt 5,19; 23,8-12). Alerta que serve também para os profetas (Mt 7,15-23).

#### 4.3. Os ministérios em Lucas

A obra de Lucas nos oferece dados relativos à vida das primeiras comunidades no decorrer dos trinta primeiros anos da Igreja<sup>38</sup>. Lucas escreve mais ou menos cinquenta anos depois do começo dos fatos por ele relatados, e o faz a partir de informações que recebera de diversas tradições. No conjunto de sua obra Lucas compreende o tempo de Jesus (Evangelho) com aquele em que a vida futura do Novo Povo é inaugurada e manifestada na pessoa e na ação do Mestre. Já a época da Igreja (Atos) ele entende como o tempo das aparições dos Ministérios exigidos pelo crescimento do Novo Povo de Deus. A partir desta realidade podemos entender melhor os traços que caracterizam a atividade de Jesus e de seus discípulos.

Vejamos primeiramente como nos ele apresenta no seu Evangelho a fundamentação dos Ministérios a partir da pessoa de Jesus; posteriormen-

te voltaremos nossa atenção aos Ministérios na Igreja nascente que nos é apresentada pelo livro dos Atos dos Apóstolos.

##### 4.3.1 Os Ministérios Segundo o Evangelho de Lucas

Assim como fazem Marcos e Mateus, Lucas também apresenta a atividade de Jesus como uma pregação e um serviço à Palavra. Ele insiste, pessoalmente, sobre o fato de que Jesus é o "Profeta" (cf. Lc 7,16-39; 13,33; 24,19) e que sua palavra é inspirada pelo Espírito (cf. Lc 4,14-15.18).

Em seu Evangelho, Lucas gosta de designar os companheiros de Jesus com o título de Apóstolos (cf. Lc 6,13; 9,10; 11,49; 17,5; 22,14; 24,10); ainda faz questão de dar ênfase à escolha dos mesmos entre os demais discípulos (cf. Lc 6,13; cf. At,1,2) e à preparação especial que Jesus dedica a eles (cf. Lc 5,1-11; 8,1; 9,2-6). Toda esta predileção de Jesus apresentada por Lucas é entendida quando lemos o livro dos Atos e percebemos que ele atribui aos Apóstolos um papel central na comunidade que se formava. É a forma que o evangelista utiliza para afirmar a autoridade (serviço) destes discípulos.

Lucas sabe que Jesus não instituiu, em seu tempo, outros Ministérios a não ser dos Doze, mas sabe também que, no tempo da Igreja, os Doze não serão os únicos que proclamarão o Evangelho. Por isso, já em seu Evangelho, ele apresenta outras testemunhas de Jesus, inclusive mulheres (cf. Lc 8,1-3; e cf. At. 16 14-15.40; At 18. 2-3.18), porém não as apresenta como ministros oficialmente instituídos.

##### 4.3.2 Os Ministérios segundo o Livro dos Atos

###### 1) Os Ministérios na Igreja de Jerusalém

Lucas aponta quatro categorias de Ministérios na Igreja de Jerusalém.

**Os Apóstolos** - São para ele a garantia da tradição de Jesus (cf. At 1,21-22; Lc 1,1-2). Eles foram escolhidos por Jesus (cf. At 1,2) e exercem várias funções sendo a principal a de ser testemunha da ressurreição (cf. At 1,8; 2,32; 3,15; 5,32; 10,39-42; 13,31); "Lucas não os apresenta como detentores de cargos de direção na Igreja de Jerusalém; se exercem algum, o fazem de maneira discreta e colegialmente (cf. At 2,14-40; 4,24-30.33; 5,2-3.29-42; 6,2-4; 8,14; 11,1-2;)"<sup>39</sup>. Isto não quer dizer que eles

não intervenham nas comunidades, mas o fazem de uma forma dialogada (cf. At 1,15-26; 2,32; 3,15; 5,32; 10,39-42; 11,1-2), inclusive eles não restringem suas ações às comunidades de Jerusalém, mas se fazem presentes nas comunidades de outros locais (cf. At 8,14-17; 11,1-18; 15,2.22-29).

**Os Sete** - Como afirmamos anteriormente, este Grupo dos Sete (cf. At 6,1-6) nunca aparece fora do livro dos Atos, e não está muito claro que eles sejam diáconos (embora algumas traduções da Bíblia insistam em chamá-los assim). Surgindo eles no meio helenista, é bem provável que representem os dirigentes naturais que estes grupos possuíam e, mesmo, os iniciadores da missão no meio da diáspora (cf. At 6,8-10; 8,26-40). Provavelmente, Lucas se utilize desta antiga tradição e submeta este grupo (dos dirigentes dos grupos helenistas) aos Doze e os apresente como os responsáveis pela assistência às mesas (At 6,2-4).

**Os Profetas** - Os Profetas da comunidade de Jerusalém agem sempre fora da cidade (cf. At 11,27-28; 15,22.27-32; 21,10-11); eles anunciam o futuro e exortam os irmãos nas assembleias. Estes "homens" eram carismáticos por excelência, e seu

<sup>38</sup>Cf. E. SAMAIN, Os Ministérios e os Ministérios Segundo o N. T., in: *REB*, Vol. 37, p. 361.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 362.

ministério não era instituído por autoridade humana, mas era o próprio Espírito Santo que os suscitava.

**Os Anciãos** (*Presbyteroi*) - Os Anciãos da comunidade de Jerusalém (cf. At 11,30; 15,2; 16,4; 21,18) formam uma espécie de conselho que responde pelas comunidades. Lucas não faz referência a sua instituição e distingue sua função da dos Apóstolos; os Anciãos não exercem o ministério da Palavra.

### 2) Os Ministérios na Igreja de Antioquia

Foi na Igreja de Antioquia que teve início, com maior ênfase, o processo de ruptura com o Judaísmo e a abertura ao mundo pagão. Nesta Igreja afirma-se a existência de profetas e doutores (cf. At 13,1), que eram os dirigentes da comunidade. Por sua vez, o presbítero não é ainda mencionado.

Tudo indica que foram destes profetas e doutores que surgiram os missionários itinerantes, que passaram a ser chamados também de apóstolos (cf. At 14,4-14). Este termo *apóstolo* ultrapassa a concepção inicial que se restringia apenas ao Grupo dos Doze. O mundo não-judeu favorece o surgimento de muitas pessoas que se dedicavam ao Evangelho e recebiam o nome de apóstolos, independente de terem estado pessoalmente com Jesus.

### 3) A Ministério de Paulo

Lucas parece não gostar de atribuir a Paulo o título de Apóstolo, pois raramente se refere a ele com este termo (At 14,4); prefere chamá-lo de testemunha (cf. At 22,25; 26,16; 18,5; 20,21.24); isto não deve ser entendido como depreciação por parte de Lucas do ministério de Paulo. Ele não percebe o apostolado de Paulo como sendo inferior ao dos outros Apóstolos, antes o equipara com os demais; isto nos fica claro quando fazemos analogia de um ministério com o outro. É como ele apresenta Paulo: preocupado com a unidade da Igreja e de sua missão (cf. At 15,1-35; 9,26-29; 11,30; 12,25; 18,22; 19,21; 20,22-23; 21,1-26).

Parece que Lucas se mostra mais interessado na missão, nas pessoas, do que nos "títulos" que as pessoas possam receber. Por isto ele nomeia muitos auxiliares de Paulo (Barnabé, João Marcos, Silas, Timóteo de Listra, Apolo, Erasto...), porém não menciona suas funções. Isto não quer dizer que Lucas coloque em segundo plano aqueles que exerciam certos "cargos" nas comunidades. Em At 20,17-38, ele relata um encontro que Paulo tivera com os presbíteros da comunidade de Éfeso, onde nos apresenta uma visão da concepção ministerial presente nas comunidades de seu tempo. Este pode ser resumido

em alguns pontos que nos parecem mais significativos: a) Os Ministérios de direção da comunidade são compreendidos como uma graça recebida de Deus. É o Espírito que os constitui episcopos para que olhem pelo rebanho (At 20,28). b) Consiste em dar testemunho, anunciar o Evangelho (At 20,24). c) Tem como objetivo o Reino, por isto Paulo o anuncia para torná-lo visível na vida das comunidades. (At. 20,20) d) Assumir este ministério implica em tornar-se incompreendido e perseguido (cf. At 20,23). e) Implica em deixar-se guiar pelo Espírito de Deus (cf. At 20,22-23). f) Os ministros devem estar atentos e vigilantes para defender o rebanho dos que anunciam doutrinas perversas e manter-se sempre distantes da cobiça de riquezas (cf. At 20,31-34).

### 4.4. Os ministérios nos Escritos Joaninos

Os escritos joaninos, Evangelho, três Epístolas e Apocalipse, não apresentam uma preocupação mais expressiva em relação à organização da Igreja. Isto ocorre de forma especial nas Epístolas e Apocalipse, pois estes são escritos que buscam, primeiramente, animar as comunidades di-

ante das perseguições que recaíam sobre elas. Outro dado importante que precisamos ter presente é de que as comunidades joaninas tinham uma característica carismática mais expressiva que as demais, onde o protagonismo de todos era marcante, por isso a oficialização de ministros não é apresentada como algo prioritário como o é, por exemplo, nas cartas pastorais.

Em seu Evangelho, João expressa a convicção de que a Igreja vive daquilo que Jesus fez e ensinou e do que os Doze deram testemunho (cf. Jo 15,27)<sup>40</sup>, isto é, ela vive do Ministério do Mestre e daqueles que primeiro seguiram seus passos, contudo ele não apresenta de forma mais clara os Ministérios que alimentavam sua comunidade. Porém, João não deixa de atestar e apontar a existência da prática sacramental em sua comunidade: Batismo (cf. Jo 3. 1-36), Eucaristia (cf. Jo 6.51-58). contudo, ele não recorda os mandamentos pelos quais Jesus mandou batizar e celebrar a Eucaristia. Para ele, os ritos e os Ministros destes sacramentos são secundários em relação ao significado litúrgico dos mesmos<sup>41</sup>. Por isso, os Ministérios não aparecem com maior destaque no Evangelho de João.

<sup>40</sup> Cf. Raul RUIJS, Estrutura Eclesiástica no N.T., in: *REB*, Vol. 33, p. 40.

<sup>41</sup> E. SAMAIN, Os Ministérios e os Ministros Segundo o N. T., in: *REB*, Vol. 37, p. 365.

Todavia, João não deixa de fazer a distinção do grupo dos Doze em relação ao grupo mais amplo que acompanha a Jesus (cf. Jo 6, 66-70), reconhecendo-lhes um papel histórico fundador. E, seguindo a tradição dos sinópticos, também ele destaca a figura de Pedro (cf. Jo 1,42; 6,68-69), mas lhe atribui uma missão mais pastoral e não tanto como uma autoridade diante dos demais Apóstolos (cf. Jo 21,15-17).

O que é claro no Evangelho de João, e que ele insiste em um ministério fundamental, comum a todos, aquele que define o Mestre e que os discípulos devem vivê-lo: O ministério do testemunho da palavra (cf. Jo 15,27; 16,14-15; 17,8.20), do amor mútuo que é capaz de sacrificar a própria vida (cf. Jo 13,15-16) pois diante de uma realidade de perseguição, o anúncio e o testemunho de todos constituía-se no serviço mais urgente e necessário.

Já em sua terceira Epístola, por deparar-se com uma dificuldade de desvio de conduta de um líder da comunidade, "João" menciona a presença de alguns personagens que podem indicar certos Ministérios. Este é um momento distinto para a comunidade, pois entre as perseguições que deveriam enfrentar, ela se depara com líderes como Diótrefes, provavelmente "bispo" da Igreja local, que estava tomando atitudes autoritárias. O "an-

cião" (João) acusa-o de dominador, que não quer receber sua palavra (cf. 3 Jo 9). É importante destacar que a crítica não se dá por desvios na doutrina, fato muito presente nas comunidades neste período, mas por desvios de conduta daquele que é o primeiro responsável pela comunidade. Ele coloca-se como o senhor da mesma; já não a consulta antes de tomar decisões, mas sim proíbe que seus membros participem (cf. 3 Jo,10). O autor, diante desta realidade dirige-se a Caio (cf. 3 Jo 1), homem a quem dedicava atenção especial e era estimado por todos juntamente com toda sua família (cf. 3 Jo 3-7). Mesmo sem indicação explícita, podemos concluir que Caio era um dos que exerciam papel de destaque junto ao demais irmãos de comunidade, ou seja, exercia um serviço à mesma comunidade. Aparece também Demétrio, portador da carta (bilhete pastoral); provavelmente, era um missionário que visitava as comunidades em nome do próprio ancião.

A estrutura ministerial que esta terceira "carta de João" nos leva a pensar era de que existia o apóstolo (ancião), o qual era o primeiro responsável e animador de um grupo de comunidades. Este se servia de missionários auxiliares que visitavam as comunidades, levando suas mensagens e trazendo-lhe notícias das

mesmas. Estas comunidades locais, por sua vez, tinham líderes (Diótrefes) que deveriam coordená-las e animá-las com um espírito aberto à participação de todos. Eram comunidades dinâmicas; por isso aparecem também outros serviços e lideranças como as de Caio e Demétrio.

Em suas outras duas Epístolas e no Apocalipse, não encontramos outras indicações mais expressivas a respeito da organização ministerial das comunidades joaninas. Isto não indica que elas não estejam presentes, mas sim que era um tema de menor relevância diante das dificuldades enfrentadas por estas comunidades, neste momento de sua história.

## 5. OS MINISTÉRIOS NOS ESCRITOS PAULINOS

### 5.1. *A diversidade dos ministérios nas cartas de Paulo*

Para Paulo, uma comunidade cristã é, antes de tudo, comunidade guiada pelo Espírito Santo no sentido da missão. Por isso, a diversidade de carismas, presente nas mesmas, sempre está a serviço da sua missão. Ele entende que os Ministérios decorrem dos dons que o Espírito Santo generosamente distribui. Além de abundantes, estes dons são diversos (cf. Rm 12,6-8; 1Cor 12,4-11; 12,28-31; 14,6; Ef, 4,11-12), e é a partir desta diver-

sidade de dons e carismas que Paulo enumera as funções existentes na Igreja. O que mais impressiona é, precisamente, a sua extraordinária diversidade: diversidade esta que é entendida como positiva e desejada por Deus e obra do Espírito Santo (cf. 1Cor. 12,4-11; 12,28; Rm 12,6).

Quando Paulo fala desta diversidade de carismas, que surgem na comunidade cristã, ele não está pensando em carismas que representem privilégios, que pudessem ser como que geradores de outros que, por sua vez, ficariam subordinados aos primeiros; ao contrário, todo carisma é, para ele, manifestação direta e original do Espírito para ser colocado a serviço de todos. Isto é: os carismas não existem para que surjam elites dentro da comunidade, mas para que ela seja atendida em suas necessidades.

Claramente, Paulo destaca, no início da enumeração dos dons, três grupos de homens que realizam três funções diferentes: Apóstolos, Profetas, Doutores (1Cor 12,28), tríade esta que é encontrada em todas as comunidades e se constituem na grande base ministerial do Novo Testamento. **Os Apóstolos** precisam ser distinguidos do Grupo dos Doze: são essencialmente missionários, oficialmente enviados por suas comunidades, em virtude do anúncio da Boa Nova. **Os profetas** desempenham um papel de primeiro plano nas Assembléias Cris-



tãs: são os líderes de importantes comunidades locais (cf. At 4,36; 13,1; 15,32); eles asseguram a pregação do Evangelho durante as assembleias litúrgicas (cf. 1Cor 14,4-22; 1Cor 14,3). **Doutores** eram os responsáveis da *didaskalia*, isto é, do ensino mais sistematizado a partir das escrituras e à maneira dos rabinos. Estes Ministérios, que por sinal parecem ser os fundamentais na comunidade primitiva, eram voltados para a Palavra; se quisermos, eram os três Ministérios da Palavra.

Por outro lado, esses Ministérios não esgotam todos os dons oferecidos por Deus à Igreja: há lugar para uma multiplicidade de outros dons e funções para as quais o vocabulário fica bastante flutuante. É o caso dos termos *episkopos* e *diakonos* (Fl 1,1), que não têm ainda, nesta época, os sentidos técnicos de bispo e diácono, mas designam simplesmente e globalmente os Ministérios das novas comunidades oriundas da missão aos pagãos.

A designação destes ministros parece ser o resultado de um acordo entre o candidato, a comunidade e os outros ministros, na maioria dos casos, o próprio Paulo (cf. 1Cor 4,17;

16,10; Fl 2,19; 2 Cor 8,16-19; At 16,2; Fl 2,22; 1Cor 16,15-16 e 1Ts 5,12). Somente que são estabelecidos por Deus (1Cor 12,28), e Paulo nada diz se essa instituição se expressava através de um rito litúrgico particular (por exemplo, imposição das mãos).

Quanto ao ministério das mulheres, mesmo com as instruções disciplinares de 1Cor 11,2-16 e 14,34-35, muitas vezes utilizadas tendenciosamente com o objetivo de oposição, nota-se que já em 1Cor 11,5 Paulo supõe, claramente, que as mulheres possam desempenhar legitimamente o papel de profeta. Rm 16; Cl 4,15 e Fm 1,2 mostram que as mulheres, muitas vezes com seus maridos, desempenham um considerável papel na igreja de Paulo<sup>42</sup>.

## 5.2. Os ministérios nas cartas pastorais

A existência de graus hierárquicos no interior das comunidades não é uma novidade das pastorais, mas é anterior a elas, pois nas outras cartas e mesmo nos Atos se fala nos chefes da Igreja (cf. 1Ts 5,12; 2Ts 3,6-14; 1Cor. 5,3-5; Rm 12,8), chamados também bispos, presbíteros e diáconos (At 14,23; 20,17-28; Fl. 1,1)<sup>43</sup>. O que

acontece nas pastorais é que elas dão um passo à frente na busca da organização da Igreja; até então a Igreja era essencialmente carismática, onde os Ministérios da palavra, do apostolado, profético e do ensino (doutor), eram os mais expressivos. No momento em que os grandes líderes apostólicos haviam desaparecido, começavam a surgir dificuldades, pois muitos ensinamentos novos, que nasciam nas comunidades, criavam polémicas, já que nem sempre se mantinham dentro da tradição apostólica. Diante destes confrontos de formas de entender a mensagem, surge a questão: quem está com a verdade? Como manter a tradição dos Apóstolos? Parecia que apenas os mestres da doutrina já não eram suficientes, pois muitas vezes eles eram contestados; precisava-se de novos mestres que tivessem autoridade para silenciar aqueles que propunham falsas doutrinas. Desta forma, as comunidades que não tinham dirigentes locais deveriam providenciá-los. É o que aparece na carta a Tito 1,5 pois, ela orienta que era necessário que cada Igreja local tivesse seus episcopos e presbíteros para que a defendessem das ameaças.

Para as epístolas pastorais, Paulo é o grande defensor da tradição, e as comunidades querem colocar-se no seu seguimento. Por isso, neste momento em que se vêem com a necessidade da estruturação como grupo, apresentam o ministério como instituição explícita de Paulo, onde ele próprio é quem impõe as mãos sobre os presbíteros (cf. 2Tm 1,6)<sup>44</sup>. Com isto, as comunidades podem e devem escolher pessoas nas quais percebem a presença dos carismas e as constituem como seus ministros. Mesmo que não se afirme, explicitamente, como era feita a escolha destes ministros, parece que era a comunidade que o fazia e, ao fazê-lo, deveria cuidar para que os escolhidos fossem homens responsáveis; por isso, a recomendação para que os episcopos e presbíteros sejam homens casados e que saibam governar suas casas (cf. 1Tm 3,2-5). O motivo desta preocupação transparece quando se recomenda a Timóteo que "não imponha as mãos a ninguém precipitadamente, para que não venhas a participar dos pecados alheios" (1Tm 5,22).

Toda essa preocupação decorre da situação momentânea, em que as comunidades se sentiam envolvidas, e

<sup>42</sup> Cf. E. SAMAIN, Os Ministérios e os Ministérios Segundo o N. T., in: *REB*, Vol. 37, p. 349.

<sup>43</sup> Cf. Teodoro BALLARINI, *Introdução à Bíblia VI* 2, p. 174.

<sup>44</sup> Cf. Edward SCHILLEBEECKX, *Por uma Igreja mais humana*, p. 134.

do eminente risco de perderem sua autenticidade, devido aos constantes ataques de falsos profetas; por isso, fazia-se necessário a instituição de dirigentes devidamente oficializados. Estes teriam como tarefas o ensinamento da sã doutrina e a administração da casa de Deus (cf. 1Tm 5,17), sobretudo com seu exemplo. Nunca se disse que eles presidissem a Eucaristia ou o Batismo. Parece que não interessava muito o ministério que a pessoa exercesse ou a forma de sucessão, mas sim a transmissão e vivência do verdadeiro Evangelho<sup>45</sup>.

As epístolas pastorais demonstram um particular interesse pela continuidade da tradição apostólica, contudo, não se trata apenas de uma continuidade ministerial, mas sim, da continuidade, da transmissão do Evangelho apostólico. Paulo recebeu de Deus (cf. 1Tm 1,11) e o transmitiu a Tito e a Timóteo (cf. 1Tm 6,20; 2Tm. 1,13ss); estes, por sua vez, deveriam transmitir este mesmo Evangelho libertador a cristãos fiéis, ministros da Igreja (cf. 2Tm 2,2). No centro, portanto, está a transmissão do Evangelho apostólico, o "depósito confiado". Desta forma, o ministério é claramente subordinado como serviço a esta continuidade ou sucessão apostólica, que diz respeito

ao conteúdo. "É para garantir esta continuidade de conteúdo que se impõe um ministério permanente na Igreja. O ministério é, pois, necessário por força do próprio Evangelho"<sup>46</sup>.

Segundo as epístolas pastorais, quais são os Ministérios necessários para manter a apostolicidade da Igreja? As próprias epístolas não trazem muitos ensinamentos a este respeito. O que se pode concluir é que nas comunidades às quais se destinavam estas epístolas existiam três Ministérios mais definidos: Os Diáconos (cf. 1Tm 3,8-13; 2Tm 4,5): sua função nunca aparece muito clara, somente o que se fala é da exigência de sua integridade pessoal; Colégio de Presbíteros. (cf. 1Tm 4,14): que tem a função de dirigir a comunidade (cf. 1Tm 5,17; Tt 1,5), entre eles estão alguns que provavelmente eram doutores, catequistas (cf. 1Tm 5,17); Os Supervisores ou Episcopos (cf. 1Tm 3,2; Ti 1,7): deles se diz que ensinam e governam (cf. Ti 1,9). Assim como os outros, sua função também não é muito clara; pode-se supor que fosse um presbítero que presidisse o colégio dos presbíteros.

Com certeza, de todos os documentos do Novo Testamento, são as Pastorais, incontestavelmente, os mais

ricos em informações sobre a organização das comunidades cristãs. Vários pontos, contudo, permanecem obscuros, pois seu autor tem a preocupação de responder às necessidades de sua época sem pretender promulgar leis para as épocas posteriores.

Não podemos concluir com isso que as epístolas pastorais estejam nos fornecendo uma estruturação ou diferenciação dos Ministérios: "Elas nos dizem apenas que há necessidade do ministério para que a apostolicidade da comunidade permaneça viva"<sup>47</sup>.

## 6. CONCLUSÃO

Após esta nossa visão geral a respeito dos ministérios no Novo Testamento, parece-nos importante tentarmos caracterizá-los. Apresentamos sete características que já apareceram em nossa reflexão, mas que nos parecem ser as significativas:

### 6.1. Os ministérios estruturam a Igreja

A Bíblia nunca apresenta a desordem como um ideal do povo de Deus, Jesus não deixa que as coisas aconteçam espontaneamente, mas escolhe organizar toda sua ação a partir de um grupo, os Doze (cf. Mt 10,1-4). Seu

movimento não se caracteriza por ser uma massa anônima de homens e mulheres. Muito pelo contrário.

A carta aos Coríntios nos apresenta a necessidade da Igreja ter uma certa estrutura, e a coloca através de duas imagens, uma do corpo (1Cor 12,12-30) e outra da casa (1Cor 3,10-15), para isto, Deus concede os diversos Ministérios: "É ele que a uns fez Apóstolos, a outros profetas, a estes evangelistas, àqueles pastores e doutores, para o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, na edificação do Corpo de Cristo" (Ef 4,11-12).

"Estas exortações e estas Imagens são suficientemente claras: para o Novo Testamento, o ideal da Igreja não é o de ser simples aglomerado de indivíduos diretamente unidos a Cristo; a Igreja deve ser um povo organizado, uma comunidade estruturada porque esta é uma das condições concretas de sua vida e crescimento"<sup>48</sup>. E os mais diversos Ministérios tornam-se os principais instrumentos desta estruturação da Igreja.

### 6.2. Os ministérios são dons de Deus concedidos à Igreja

A necessidade de uma certa estruturação da Igreja não representa que ela tenha perdido seu caráter

<sup>45</sup> Cf. Rufino VELASCO, *A Igreja de Jesus*, p. 68.

<sup>46</sup> Edward SCHILLEBECKX, *Por uma Igreja mais humana*, p. 136.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>48</sup> André LAMAIÉ, *Os Ministérios na Igreja*, p. 26.

carismático de ser o Corpo de Cristo, o Povo de Deus animado pelo Espírito Santo, já que na origem dos Ministérios, bem como da própria Igreja, está a iniciativa divina.

Jesus inicialmente chama os Doze (cf. Mc 3,13). Posteriormente, os demais ministros são escolhidos por orientação do Espírito Santo. E todos exercem seus Ministérios sob a ação do mesmo Espírito. Pois eles são dons concedidos à Igreja pelo mesmo Espírito (cf. 1Cor 12,1). Paulo não vê oposição entre os carismas e a instituição; para ele tudo é obra do Espírito em função da santificação de todos.

Lucas insiste no fato de que todo ministro age sob a ação do Espírito Santo. Isto acontece com os Doze (At 2,4), Pedro (At 9,17), com os Sete (At 6,3), Estevão (At 6,5.10; 7,55), Felipe (At 8,29-39), Saulo (At 4,8). Todos agem e falam guiados pelo Espírito Santo e não podem deixar de reavivar, constantemente, os dons que cada um recebeu de Deus através da imposição das mãos (cf. 2 Tm 1,6). O ministro da Igreja é, portanto, um homem do Espírito.

### 6.3. Os ministérios exercem a autoridade de Cristo

O Exercício da autoridade na Igreja traz uma característica fundamental que a distingue da exercida nas socie-

dades puramente humanas. Esta característica é, justamente, o fato de ser um dom de Deus. Isto é, a autoridade do ministro da Igreja não deriva da vontade da maioria da comunidade cristã, ela não é uma simples delegação do poder, mas é um dom fornecido pelo Espírito Santo que escolhe pessoas para que representem a autoridade do próprio Cristo, que é "a cabeça do Corpo" (Cl 1,18), que é a Igreja. É sempre Deus quem escolhe, quem chama, e a estes concede autoridade sobre os espíritos impuros (cf. Mc 6,7). A eles também é dado o poder de ligar e de desligar (Mt 18,18). E quem vos acolhe é a mim que acolhe (cf. Mt 10,40).

É de fundamental importância para nossa caminhada de Igreja que tomemos consciência da fonte da autoridade de nossos ministros, contudo, também precisamos estar cientes do risco que isso representa. Tomando como fonte da autoridade dos ministros da Igreja o próprio Deus, corremos o risco de transformá-los em semideuses. Isto acontecendo, será a negação do próprio Evangelho. Precisamos ter claro: a autoridade dos ministros eclesiais vem de Deus, não de homens e de suas organizações; esta autoridade não é dominação, mas sim, fundamentalmente, serviço; quando perde esta dimensão, conseqüentemente perde sua legitimidade.

### 6.4. A autoridade para ser legítima deve ser um serviço e não dominação

A autoridade dos Ministérios eclesiais tem sua origem na graça de Deus, e representam e agem como delegados da autoridade de Cristo. A autoridade de Cristo foi reconhecida pelo povo como sendo diferente daquela exercida pelos senhores dos palácios (cf. Lc 20,1-8; Mc 1,21-22; Mt 7,28-29). Esta autoridade Cristo transmite a quem Ele escolher (cf. Mt 28,16-19; Lc 9,1-6). E Jesus, insistentemente, os orienta para que o exercício da autoridade entre seus seguidores também seja diferente (cf. Lc 22,24-30; Mc 10,42-45), ela não é poder, mas sim serviço. A atitude do discípulo deve ser idêntica a do Mestre. Isso Jesus deixa claro após o gesto simbólico do lava-pés (Jo 13,12-15). A proposta de Jesus vai contra todo costume referente ao exercício da autoridade.

Paulo, por ter descoberto que o ministério é fundamentalmente um dom de Deus (cf. 1Cor 12), tem condições de perceber, mais claramente, esta dimensão fundamental da autoridade que é o serviço. Quando se dirige aos coríntios, diz: "quem é Apolo, quem é Paulo? Ministros pelos quais recebestes a fé, e eles o são à medida que Deus deu a cada um. Eu plantei, Apolo regou; mas

quem deu o crescimento foi Deus. Ora, nem o que planta é alguma coisa, nem o que rega, mas sim Deus, que dá o crescimento. O que planta e o que rega são iguais; cada um receberá a sua recompensa conforme o seu trabalho. Porém nós outros somos meros cooperadores de Deus, e vós sois a lavoura de Deus, edificação de Deus" (1Cor 3,5-9).

A partir destas orientações podemos concluir que toda vez que a autoridade de um ministro da Igreja deixa de ser serviço e se torna dominação, este ministro acaba de desligar-se da autoridade de Cristo e torna-se apenas algo puramente humano. Perder a dimensão do serviço significa perder o próprio dom do Espírito.

### 6.5. A autoridade deve ser servidora da Palavra de Deus

O primeiro serviço que o Evangelho atribui a Jesus é o do anúncio da Palavra (Lc 4,18), para dar testemunho da verdade (cf. Jo 18,37). Esta mesma missão é atribuída aos discípulos. Quando Jesus envia seus discípulos à Galiléia, dá-lhes a missão de anunciar que está próximo o Reino dos Céus (cf. Mt 10,7). Após o acontecimento de Pentecostes (cf. At 2,11-14), Pedro chama para si a responsabilidade do serviço da Palavra (cf. At 2,15-41) que, posteriormente, nos será apresentado pelo próprio livro dos Atos

como sendo a missão de todos os discípulos (cf. At 1,15-26; 4,19-20; 6,2). Missão que Paulo assumiria com exemplar empenho, a ponto de dizer que "não foi enviado para batizar, mas sim para anunciar o Evangelho (cf. 1Cor. 1,17). Atitudes assim não deixam dúvidas que o primeiro serviço que a autoridade eclesial é chamada a exercer é o do anúncio da Boa Nova do Reino. Boa Nova que não pode ser adulterada; quem o fizer, que seja anátema (cf. Cl 1,8-9). A autenticidade é o elemento garantidor da sucessão da autoridade de Cristo (cf. 1Tm 6,20; 2 Tm 1,14; 2,2).

### 6.6. *A autoridade deve estar a serviço da Comunidade dos pobres*

Jesus afirma que não veio para ser servido, mas para servir (cf. Mt 20,28; Mc 10,45). E serve como um pastor que conhece e dá a vida por suas ovelhas (cf. Jo 10,14-16). Aos discípulos é pedido que sigam o exemplo do mestre, por isso eles recebem a tarefa de congregar o povo de Israel que estava disperso (cf. Mt 10,6).

Jesus quer formar uma comunidade a partir dos excluídos pela cultura dominante. Ele quer reintegrar o doente (cf. Jo 5,1-18; 11,1-44), o pobre (cf. Mt 5,3; Lc 4,18-19), a viúva (cf. Lc 21,1-4; 4,25-30), a criança (cf. Mc 10,13-14). Jesus coloca sua autoridade

de a serviço da comunidade, dos que nada, ou muito pouco têm, para com eles formar um Novo Povo de Deus. Neste novo Povo de Deus, o exercício da autoridade não pode ser excludente, mas profundamente fraterno, de irmão para irmão; por isso ninguém deve aceitar que lhe chamem de Mestre (cf. Mt 23,8-11). Todos são servidores uns dos outros, especialmente dos mais pobres.

### 6.7. *O ministro não pode ser um monopolizador*

Jesus apresenta a autoridade como sendo um serviço da comunidade. Ele jamais poderia chamar para si todos os serviços, senão acabaria tornando-se Senhor. Esta novidade nem sempre foi compreendida pelos seus discípulos.

Jesus envia seus discípulos para que anunciem a Boa Nova do Reino revestidos de sua própria autoridade (cf. Mc 6,7-8) Dentro de suas limitações e ambições pessoais, pensavam eles que eram os únicos autorizados a proclamar a presença do Reino, e qualquer concorrência deveria ser silenciada. Isto acontece por ocasião de seu retorno da missão da Galiléia em que chegaram afirmando: "vimos alguém expulsar demônios em teu nome e o proibimos, porque não nos segue. Jesus, porém, disse: Não o proibais, pois não há ninguém que faça

um milagre em meu nome e fale mal de mim. Quem não está contra nós está a nosso favor" (Mc 9, 38-39). A resposta que recebem de Jesus os faz cair na realidade; eles não têm o monopólio do anúncio do Reino de Deus, já que o Espírito distribui seus dons a quem melhor lhe convier. Eles não podem esquecer sua condição de servos. O Senhor que decide é outro. Não são eles os mais importantes, mas a comunidade; eles não podem tomar decisões isoladas, independentes das comunidades e do próprio Espírito de Deus. A esse respeito, Paulo nos apresenta – com muita propriedade – que o monopólio dos serviços não deve estar presente na comunidade cristã. Em sua primeira Carta aos Coríntios, quando nos fala dos carismas da Igreja, aponta uma grande variedade de dons, onde cada um tem seu papel; todos dependem uns dos outros. E, embora alguns se sobressaiam (cf. 1Cor 12,28), a nenhum é dado o direito de querer monopolizar a missão que é de todos. O ministro não pode pretender monopolizar todos os dons e serviços que pertencem à comunidade. Ele não pode sufocar o protagonismo da comunidade. Se isso acontecer, sua presença deixa de ser um serviço, torna-se desnecessária, normalmente, atrapalha a caminhada, perdendo assim sua legitimidade.

Podemos concluir que o Novo Testamento nos apresenta o ministério de Jesus como fonte e inspiração para todos os Ministérios suscitados pelo Espírito Santo, a partir da realidade das comunidades. E, como dom gratuito recebido de Deus, devem ser colocados também gratuitamente a serviço das Comunidades. Esta certeza esteve sempre presente diante dos primeiros seguidores de Jesus, que, mesmo encontrando oposição, nunca perderam de vista que seus Ministérios só tinham sentido à medida que fossem um serviço aos irmãos. Este é o grande testemunho que os discípulos davam da presença do Ressuscitado. Os séculos seguintes, os desafios e as perseguições seguiram desafiando os cristãos que não deixavam de dar seu testemunho, inclusive com a própria vida.

### *Bibliografia*

- ANTONIAZZI, Alberto. A Pluralidade dos ministérios no Novo Testamento, in: *REB*, Vol. 33 fasc. 129, março 1973, p.61-71.
- BALLARINI, Teodorico. *Introdução à Bíblia V/2*, Petrópolis: Vozes, 1969.
- BRITO, Ênio José Da Costa. *O Leigo no Mundo e na Igreja*, São Paulo: Loyola, 1980.
- BITTLINGER, A. *Dons e Ministérios*, São Paulo: Paulinas, 1977.

- CROSSAN, John Dominic. *Jesus Histórico*, A vida de um camponês Judeu no Mediterrâneo, Rio: Imago, 1992.
- ELWELL Walter. *Enciclopédia Histórica-Teológica da Igreja Cristã*, Vol. I, São Paulo: Vida Nova, 1988, p. 312-318.
- DUPUY, Bernard D. Teologia dos Ministérios Eclesiais, in: *Mysterium Salutis*, IV / 6, Petrópolis: Vozes, 1977, p.156-185.
- FLORISTAN, Casiano. *Teologia Prática, Teoria y Praxis de la Accion Pastoral*, Salamanca: Sigueme, 1991.
- GRELOT, Pierre. *El Ministerio de la Nueva Alianza*, Barcelona: Herder, 1969.
- HOLSTEIN, Henri. *A Experiência do Evangelho*, A Comunidade Cristã no Século I, São Paulo: Paulinas, 1977.
- LEMAIRE, André. *Os Ministérios na Igreja*, Col. Crer e Compreender, São Paulo: Paulinas, 1977.
- \_\_\_\_\_, Dos Serviços aos Ministérios. Os Serviços Eclesiásticos nos dois Primeiros Séculos, in: *Concilium*, 80, 1972/10. p. 1265-1277.
- MCKENZIE, J. Estruturas Ministeriais no Novo Testamento, em: *Concilium*, n. 74, 1972/4, pp. 433-441.
- MARQUES, Jordino, *Ministério e Teologia*, Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo: Paulinas, 1985, p. 7-25.
- PARRA, Alberto. *Os Ministérios na Igreja dos Pobres*, Col. Teologia e Libertação, São Paulo: Vozes, 1991.
- RUIJS, Raul. Estruturas Eclesiásticas no Novo Testamento, a Luz da Vontade de Jesus, in: *REB*, Petrópolis, Vol. 33, Fasc. 129, Março de 1973. p. 35-60.
- SAMAIN, E. Os Ministérios e os Ministérios Segundo o Novo Testamento, em: *REB*, Petrópolis, Vol. 37, fasc. 140 Junho de 1977, p. 343-367.
- SCHILLEBEECKX, Edward. Por uma Igreja Mais Humana, São Paulo: Paulinas, 1989.
- SCHNEIDER, Franz e Stenger Werner. A Igreja Como Edifício E A Construção da Igreja, in: *Concilium*, n. 80, 1972/10, p. 1252-1264.
- VELASCO, Rufino. *A Igreja de Jesus*, Petrópolis: Vozes, 1996.

Pe. Antonio Dalla Costa é Mestre em Teologia Pastoral pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, SP.

## FALAR E CALAR: REFLEXÕES A PARTIR DA LEITURA DO LIVRO DE JÓ EFETUADA POR GUSTAVO GUTIÉRREZ

Cláudio de Oliveira Ribeiro

### INTRODUÇÃO

A tensão entre compreender e transformar o mundo não ficou isenta de simplificações para todos aqueles que têm trabalhado com a herança do marxismo, como é o caso da Teologia da Libertação Latino-Americana (TdL). O entusiasmo pelos esforços de transformação social impediu, fortemente, uma percepção mais definida de que o mundo mudou. Esse não parece ser, todavia, o caso de Gustavo Gutiérrez, um dos fundadores da referida corrente teológica.

O destacado teólogo peruano, desde os primórdios da TdL, já indicava pautas teológicas e pastorais não reducionistas. Paulo Cezar Loureiro Botas, por exemplo, distingue "duas gerações teológicas" latino-americanas:

"A primeira surge na segunda metade da década de 1960 quando teólogos da envergadura de Rubem Alves, Gustavo Gutiérrez, Juan Luiz Segundo, Miguez Bonino e outros produziram a Teologia da Libertação.

Uma teologia escrita em momentos de exílio, de perseguição e de êxodo. Uma teologia escrita *extra-igreja*, em que a preocupação eram os grandes temas teológicos que respondessem à esperança dos cristãos nos duros momentos do autoritarismo e do militarismo latino-americanos. (...), e viu-se surgir uma segunda geração mais pragmática, de produção teológica *intra-igreja* e que procurou criar uma *Teologia da Libertação Aplicada*, reduzida ao imediatismo político dos anos de 1980"<sup>1</sup>.

Gutiérrez, sobretudo nos anos de 1980, continuou oferecendo indicações substanciais da amplitude de sua produção teológica. Isto era revelado, especialmente, pela fidelidade metodológica ao enfoque da libertação, vivenciada, no entanto, em uma perspectiva de forte cunho existencial. Destacam-se nesta época duas de suas obras: *Beber no próprio poço: itinerário espiritual de um povo* (1983) e *Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente: uma reflexão sobre o livro de Jó*<sup>2</sup> (1986). As

<sup>1</sup>"Esboço para uma Teologia da Proscrição". *Contexto Pastoral*, 2(7), mar-abr/1992.

<sup>2</sup> Petrópolis: Vozes, 1987.